



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REDES E MEDIADORES NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NO MACIÇO DA PEDRA BRANCA, RJ**

LARA ANGELO OLIVEIRA

**Araras
2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REDES E MEDIADORES NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NO MACIÇO DA PEDRA BRANCA, RJ**

LARA ANGELO OLIVEIRA

ORIENTADORA: PROF. Dra. LUCIMAR SANTIAGO DE ABREU

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural como requisito
parcial à obtenção do título de
**MESTRE EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Araras

2016

Angelo Oliveira, Lara

Redes e Mediadores no Fortalecimento da Agricultura Familiar no Maciço da Pedra Branca, RJ / Lara Angelo Oliveira. – 2016.
107 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras

Orientador: Profª Dra. Lucimar Santiago de Abreu
Banca examinadora: Profª. Dra. Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo, Profª Dra. Julieta Teresa Aier de Oliveira
Bibliografia

1. Agricultura familiar. 2. Redes de movimentos. 3. Agroecologia. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Lará Angela Oliveira, realizada em 22/09/2018:

Prof. Dr. Lucimar Santiago de Abreu
Embrapa

Profa. Dra. Vanilde Ferreira da Souza Esquerca
UFSCar

Profa. Dra. Juliana Feres de Oliveira
UNICAMP

“O bem estar de um todo formado por pessoas que trabalham em conjunto é tanto maior quanto menos o indivíduo exigir para si os resultados de seu trabalho, ou seja, quanto mais ele ceder estes resultados a seus colaboradores e quanto mais suas necessidades forem satisfeitas, não por seu próprio trabalho, mas pelo dos outros.”

(Rudolf Steiner)

AGRADECIMENTOS

Demorei para escrever esses agradecimentos, com receio de ser omissa com alguém, porque foram muitas as pessoas que contribuíram para que esse trabalho pudesse existir. Peço desculpas antecipadas por alguma falta.

Em primeiro lugar, não poderia deixar de agradecer à minha grande parceira nessa jornada, minha filha, Inaê. Quando era uma sementinha ainda sendo gestada em meu ventre, cursou comigo as disciplinas do mestrado. Quando bebê, me acompanhou nas atividades em campo. Agradeço pelo privilégio de viver tudo isso junto contigo, por compreender minhas ausências e dar mais sentido a esse trabalho e a toda nossa luta pela agroecologia. Que você alcance belos voos e saiba que sempre terá um ninho para retornar.

Agradeço à professora Lucimar Santiago de Abreu, que além de orientadora, foi uma amiga. Pela sensibilidade e assertividade, pelas trocas e inspirações, pelo apoio e confiança, em todas as etapas desta pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer à professora Annelise Fernandes (UFRRJ), por seu pioneirismo nas pesquisas com agricultores do Maciço da Pedra Branca, pela contribuição com textos, documentos e referências, além de suas avaliações e sugestões para o artigo de qualificação, fundamentais para o aprimoramento deste trabalho.

À professora Cláudia Schmitt (CPDA/UFRRJ), pela escuta e pelas preciosas contribuições, que me inspiraram criatividade, de modo a dar corpo a esse trabalho, e também por me apresentar a temática das redes.

Ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, UFSCAR, e à CAPES, pela bolsa de estudo que viabilizou a conclusão do mestrado. Aos grandes amigos que fiz lá: Lucimara, Rafael (Lama), Zé (Paquito), João, Gabriel (Dez), Priscila, Magé, Marcelinho, Rúben, Thaís Menina, Philipe (Calado), Raul, Gelton e a todas e todos dos Pés Vermelhos.

Agradeço às Professoras Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo e Julieta Teresa Aier de Oliveira por terem feito parte da banca de defesa dessa dissertação, pelas contribuições valiosíssimas para o aprimoramento desse trabalho.

Agradeço à Rede Carioca de Agricultura Urbana, pelo acolhimento e pela inspiração. A cada um de vocês que se dedicam a dar vida, braços, pernas e coração à esse movimento, por me ensinar a potência que tem uma rede e por defender a agroecologia, as agricultoras e agricultores da nossa cidade. Não posso deixar de mencionar algumas pessoas que contribuíram diretamente com o trabalho e a quem eu muito admiro: Berna, Silvia, Marselle, Renan, Morgana, Maria, Ana, Marcelo, Rita, Maraci, Sumaya, Vanessa, Monica, Robson, Val. Aqui vai também um agradecimento às equipes da AS-PTA, em especial Claudemar e Márcio, e do Profito.

Apesar de alguns fazerem parte também da Rede CAU, destaco aqui meu agradecimento muito especial às agricultoras e agricultores do Maciço da Pedra Branca que, apesar de todas as barreiras, seguem plantando, colhendo e mantendo a vitalidade da agricultura da nossa cidade. Agradeço especialmente a: Cristina, Jorge Cardia, Jorge Rodrigues, Francisco, Sandro, Pedro Mesquita, Biu, Ubiratan, Paulinho e Nei, os quais dispuseram seu tempo para tornar esse trabalho possível. Deixo minha especial homenagem ao mestre griô Seu Pingo, que além das saudades, nos deixou com muitas histórias e lendas do maciço para recordar, com a alegria de quem sabe valorizar o que a vida dá e acredita que sempre é tempo de transformar.

Deixei para falar por último daqueles que me deram o solo fértil para semear. Agradeço à minha mãe, que esteve sempre ao meu lado me incentivando, escutou atenta minhas reflexões, leu e releu cada artigo e capítulo que escrevi, me acompanhou em alguns campos - onde via aqueles escritos materializados -, me deu colo e me apoiou no cuidado com a minha filha, para que eu pudesse me dedicar aos trabalhos. Ao meu pai, por acreditar em mim e me encorajar a nunca desistir. À minha irmã querida, por compreender minhas ausências, por ter diversas vezes lavado a minha parte da louça e por me apoiar, ainda que em silêncio. À minha sobrinha Ayla, que é uma das razões do meu viver e minha alegria de cada dia. Agradeço ao meu companheiro de jornada, Elitieri, por caminhar ao meu lado, pelas contribuições intelectuais e emocionais, por me dar conselhos certos e me fazer alguém melhor. Sem vocês teria sido ainda mais difícil.

SUMÁRIO

	Página
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
LISTA DE SIGLAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	01
Redes de movimentos	08
METODOLOGIA	13
1. RECONSTRUINDO TRAJETÓRIAS E RELAÇÕES	20
1.1. Agricultura no Maciço da Pedra Branca: sujeitos e práticas	21
1.2. Legislações urbana e ambiental: conflitos socioambientais e contradições	26
1.3. Declínio da prática agrícola local: causas e consequências	33
2. PRÁTICAS ASSOCIATIVAS COTIDIANAS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL..	38
2.1. Núcleo Cafundá Astrogilda: mutirão e outras práticas	38
2.2. Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande: fragilidades e potencialidades	46
3. MEDIADORES E IDENTIDADES	52
3.1 - Agricultor urbano: e a Rede Carioca de Agricultura Urbana	54
3.2 - Agricultor agroecológico e/ou orgânico: a construção de feiras	58
3.3. Agricultor familiar: a licença de produtor e a DAP	64
3.4. Quilombolas: os parceiros do Parque	74
CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
FIGURA 1: Vista aérea do Maciço da Pedra Branca	21
FIGURA 2: Mapa do Maciço da Pedra Branca e os bairros do entorno ...	22
FIGURA 3: Ilustração que retrata a região denominada Sertão Carioca, feita a bico de pena pelo naturalista Armando Magalhães Corrêa	23
FIGURA 4: Plantio de banana consorciado com a floresta nativa, no Maciço da Pedra Branca	24
FIGURA 5: Placa que afirma diversas proibições, incluindo a de construir e cercar. Ao fundo, mansão construída após a criação do PEPB, sem embargo do órgão ambiental	29
FIGURA 6: Mutirão para a construção do museu quilombola	43
FIGURA 7: Territórios da agricultura familiar agroecológica na cidade do Rio de Janeiro	55
FIGURA 8: Reunião realizada na vertente Vargem Grande do Maciço da Pedra Branca, com a presença do delegado do MDA	70
FIGURA 9: Reivindicação pela DAP durante o I ENAU	72
FIGURA 10: Reivindicação pela DAP durante o I ENAU, com a presença do representante do MDA	72
FIGURA 11: Celebração da certificação da Comunidade Remanescente do Quilombo Cafundá Astrogilda	76
FIGURA 12: 2ª reunião da CT Agroecologia e Comunidades Tradicionais, na Associação de Moradores de Vargem Grande	77
FIGURA 13: Moradores do Quilombo Cafundá Astrogilda, contando sua própria história	79
FIGURA 14: Trilha guiada por moradores da vertente Vargem Grande do Maciço da Pedra Branca	79
FIGURA 15: Placa que reconhece oficialmente a Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda	80
FIGURA 16: Visita do Secretário Municipal do Meio Ambiente ao Quilombo Cafundá Astrogilda	81

LISTA DE SIGLAS

AARJ	Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro
ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
Agroprata	Associação de Agricultores Orgânicos da Pedra Branca
Agrovargem	Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (Agricultura Familiar e Agroecologia)
CCFO	Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
Consea-RJ	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro
Consea-Rio	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro
CT	Câmara Técnica (de Agroecologia e Comunidades Tradicionais)
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAFRE	Feira Agroecológica da Freguesia
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPB	Maçço da Pedra Branca
PAA	Programa de Aquisição de Alimento
PEPB	Parque Estadual da Pedra Branca
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Rede CAU	Rede Carioca de Agricultura Urbana
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPG	Sistema Participativo de Garantia (certificação orgânica)
UC	Unidade de Conservação

REDES E MEDIADORES NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MACIÇO DA PEDRA BRANCA, RJ

Autora: LARA ANGELO OLIVEIRA

Orientadora: Prof. Dra. LUCIMAR SANTIAGO DE ABREU

RESUMO

As experiências de agricultura urbana acompanham o fenômeno social e político conhecido como invisibilidade do campesinato, o qual é reforçado pelo ordenamento das cidades, que ameaça e marginaliza os espaços agrícolas do município. Na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, além da pressão da urbanização, os agricultores do Maciço da Pedra Branca sofrem com o descaso do poder público e com as restrições à prática agrícola e ameaças de remoção, em função da criação do Parque Estadual, em 1974. Tais fatores concorreram para o declínio da agricultura dessa localidade e, conseqüentemente, escassez de mão de obra, que representa um dos grandes desafios ao sustento da atividade e dessas famílias. Nesse contexto, agricultoras e agricultores familiares têm se articulado em redes de modo a fortalecer sua luta pela permanência no território, através da legitimação de suas identidades, do acesso a novos mercados e da inserção no âmbito das políticas públicas. A pesquisa foi desenvolvida junto a agricultoras e agricultores familiares de Vargem Grande, no Maciço da Pedra Branca, articulados à Rede Carioca de Agricultura Urbana, partindo da hipótese que as ações e relações de diversos agentes podem modificar as configurações dos conflitos e dar origem a novas identidades que fortalecem a ação política dos atores. O objetivo é compreender o papel das redes e dos mediadores no fortalecimento da agricultura familiar do Maciço da Pedra Branca. O trabalho de campo baseou-se na observação participante, complementada por entrevistas orais semiestruturada, participação em reuniões, visitas e conversas informais. Concluiu-se que a organização social e política, apoiada pela ação de mediadores e pela atuação em rede, além de contribuir para a politização dos sujeitos, vem construindo e afirmando identidades que produzem representações sobre o espaço e legitimam a presença de agricultoras e agricultores neste território urbano protegido, garantindo a vitalidade de suas práticas.

NETWORKS AND MEDIATORS REINFORCING THE FAMILY AGRICULTURE IN PEDRA BRANCA'S MASSIVE, RJ

Author: LARA ANGELO OLIVEIRA

Adviser: Prof. Dra. LUCIMAR SANTIAGO DE ABREU

ABSTRACT

The experiences of urban agriculture follow the social and political phenomenon known as invisibility of the peasantry, which is reinforced by the urban planning, which threaten and marginalize the agricultural areas of the municipality. In the West Zone of Rio de Janeiro, in addition to the pressure of urbanization, the farmers of the Pedra Branca Massif suffer from the neglect of the Government and with restrictions on agricultural practice and removing threats, due to the creation of the State Park, in 1974. Such factors contributed to the decline of agriculture at that location and, consequently, to the shortage of labor, which represents one of the greatest challenges for the continuity of the activity and for the livelihood of families. In this context, family farmers have been articulated in networks in order to strengthen their struggle to stay in the territory, through legitimation of their identities, access to new markets and the insertion in the context of public policy. The survey was developed with family farmers from Vargem Grande, in the Pedra Branca Massif, joint to Rio Network of Urban Agriculture, starting from the hypothesis that the actions and relations of several agents can modify the settings of the conflicts and give rise to new identities that strengthen the political action of the actors. The goal is to understand the role of networks and mediators to strengthening of the family farm in the Pedra Branca Massif. The field work was based on participant observation, complemented by semi-structured oral interviews, participation in meeting, visits and informal conversations. It was concluded that social and political organization, supported by mediators and networking, in addition to contributing to the politicization of the subject, has been building and affirming identities that produce representations about space and legitimize the presence of farmers in this protected urban territory, ensuring the vitality of their practice.

INTRODUÇÃO

A diversidade de experiências de agricultura familiar deve-se, especialmente, ao seu caráter heterogêneo e multifuncional. Trata-se de uma forma de produção e também um modo de vida. Além de apresentar características que variam de acordo com a região em que se reproduz, sua heterogeneidade pode ser atribuída, em certa medida, ao potencial dessa agricultura reinventar-se e adaptar-se às novas configurações dos territórios. As unidades de produção se diferenciam pela capacidade do agricultor de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los (LAMARCHE, 1993 *apud* ABREU, 2005). Segundo Lamarche (Ibid.), nessa forma social, a organização da produção e do trabalho fica a cargo do produtor e de sua família, e o trabalho assalariado, quando ocorre, é apenas complementar.

Portanto, agricultura familiar constitui-se de uma unidade de produção em que trabalho, terra e família encontram-se intimamente relacionados (CARNEIRO, 1999). Essa expressão tem sido amplamente utilizada em substituição a camponato. Segundo Sabourin (2009), o termo foi banido do vocabulário oficial com o início do regime militar, em 1964, que deu fim às primeiras experiências de organização de pequenos produtores e

trabalhadores rurais autônomos - as Ligas Camponesas. Nesse sentido, alguns pesquisadores defendem que a adoção do termo agricultura familiar reflete o empenho em negar e dissolver o poder político de uma categoria social, bem como seu histórico de luta e resistência (LIMA & FIGUEIREDO, 2006).

Não é necessário adentrar nesta discussão, visto que há uma ampla bibliografia que discute tais conceitos. Entretanto, é válido ressaltar que os movimentos sociais associados à agroecologia vêm se apropriando de ambos e atribuindo-lhe novos significados, haja vista o emprego do termo agricultura de base camponesa, bem como a incorporação da dimensão de luta política à expressão agricultura familiar. Em função da identificação dos sujeitos da pesquisa com o termo "agricultor", foi feita a opção de utilizá-lo, majoritariamente, ao longo desse trabalho¹.

Nas últimas décadas, diversos autores têm buscado aprofundar a complexidade da relação rural e urbano, cujos limites são cada vez mais difíceis de serem determinados. Segundo Graziano da Silva (1997), a diferença entre rural e urbano é cada vez menos importante e esses só podem ser entendidos como uma continuidade do ponto de vista espacial. O autor defende que, se tratando da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, tampouco o ambiente rural com a agricultura e a pecuária.

De acordo com Monteiro (2002), apesar da agricultura urbana estar recebendo maior atenção na última década, há ainda grande escassez de pesquisas e publicações nessa área. O conceito de agricultura urbana é recente e está em construção. Alguns autores definem agricultura urbana e periurbana como atividades de produção, transformação e prestação de serviços que geram produtos agrícolas e pecuários voltados para o autoconsumo, trocas, doações ou comercialização, vinculadas às dinâmicas urbanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades

¹ No terceiro capítulo, a discussão com relação às identidades apropriadas pelos sujeitos será apresentada e, nesse momento, outras denominações serão introduzidas, tais como: agricultor urbano, agricultor agroecológico e quilombola.

(SANTANDREU & LOVO, 2007). Entretanto, a agricultura urbana não tem sido objeto de políticas públicas a nível federal, estadual e municipal e, além das ações serem realizadas de forma fragmentada e desarticulada, carece de equipe técnica e de recursos financeiros para a execução dos projetos. Segundo Santandreu & Lovo (2007, p.7):

a implantação de ações estratégicas para fomentar a AU na esfera política nacional, estadual e local, devem: fortalecer a consciência cidadã em torno dos benefícios da AU; desenvolver capacidades técnicas e de gestão dos e das agricultoras urbanas e periurbanas; fortalecer cadeias produtivas locais e regionais, fomentando a produção, comercialização e o consumo; facilitar o financiamento e a gestão descentralizada e participativa e; fortalecer a institucionalização para o desenvolvimento da AU.

A agricultura urbana de base ecológica pode se apresentar como uma alternativa a crise gerada pela expansão das cidades, especialmente quanto aos fatores relacionados a alimentação, saúde, meio ambiente e geração de renda, além de contribuir para a segurança alimentar e nutricional dos indivíduos. Quando comercializada em mercados locais, favorece o consumo de alimentos frescos, saudáveis, regionais e da estação, assim como reduz os gastos com transporte, armazenamento e conservação dos alimentos. Contudo, a diversidade dos tipos de agriculturas praticadas na cidade representa um desafio para a elaboração de políticas públicas, agravado pela escassez de informações sobre essas experiências. Conhecer e reconhecer as experiências e práticas agrícolas no meio urbano é essencial para a elaboração de políticas públicas para o fortalecimento dessas agriculturas.

A cidade do Rio de Janeiro é a segunda maior do Brasil, com uma população de mais de seis milhões de habitantes (IBGE, 2011). Com seus espaços mercantilizados, a área rural do município - atualmente, denominada Zona Oeste - vem sofrendo drástica e sistemática redução ao longo dos anos,

principalmente em função da forte especulação imobiliária e da ausência de apoio do poder público.

De acordo com Prado (2012), as experiências de agricultura urbana acompanham o fenômeno social e político conhecido como invisibilidade do campesinato, o qual é reforçado pelo ordenamento das cidades em torno de megaprojetos. A urbanização começou a avançar sobre espaços agrícolas, ameaçando e marginalizando as experiências de agricultura urbana no Rio de Janeiro. Os espaços de agricultura são, na realidade, o que restou para eles.

O caso dos agricultores do Maciço da Pedra Branca, na Zona Oeste do município, é ainda mais delicado. Além da pressão da urbanização e o descaso do poder público, que os coloca em uma situação de isolamento e marginalização, a criação do Parque Estadual, em 1974, aumentou a insegurança sobre a posse da terra. A legislação ambiental criou uma série de restrições à reprodução das famílias que ali habitam há centenas de anos, têm seu sustento baseado na prática agrícola e cujos modos de vida contribuíram para a existência de uma floresta a ser preservada.

Nesse contexto, a agroecologia tem se apresentado como um caminho viável que favorece o desenvolvimento da agricultura do Maciço da Pedra Branca. Entende-se agroecologia como ciência, movimento e prática (WEZEL *et al.*, 2009). É uma ciência política e socialmente comprometida, constituindo um novo paradigma científico. De acordo com Schmitt & Grisa (2013, p.217), a agroecologia é também “um campo social, técnico e político que vem sendo construído por meio de uma articulação entre práticas, políticas, atores e conhecimentos”. As autoras defendem que a agroecologia é, em si, uma revolução epistemológica, mas também uma revolução cognitiva e cultural, a medida em que é uma ciência que se dedica a questões ecológicas e sociais críticas e emergenciais, podendo oferecer respostas aos desafios de um mundo em crise. De acordo com as autoras, diversos autores chamam atenção para o fato de que:

As práticas e iniciativas locais que hoje se distanciam das perspectivas hegemônicas de desenvolvimento rural, construindo um conjunto heterogêneo e diversificado de respostas ao paradigma da modernização, são indicativas da emergência de um novo paradigma que busca reconfigurar terra, trabalho, natureza, animais, plantas, conhecimentos, redes e mercados em novos arranjos técnicos, econômicos, políticos e institucionais voltados ao fortalecimento de uma agricultura camponesa e familiar (SCHMITT & GRISA, 2013, p.224).

Além do emprego de princípios agroecológicos na produção, o acesso a novos mercados socialmente construídos e a organização social e política dos produtores são algumas das estratégias que vêm sendo construídas e reinventadas pelas agricultoras e agricultores do Maciço da Pedra Branca para defender e sustentar a agricultura familiar local de base ecológica. Esses aspectos sugerem que está em curso um processo de *recampesinação* nessa localidade. Tal conceito expressa "a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência" (PLOEG, 2008), a qual vem sendo reinventada e fortalecida a partir de sua interação com o movimento agroecológico.

O fortalecimento das organizações de agricultores e dos movimentos sociais apresenta-se como uma estratégia extremamente importante para sua inserção política (PLOEG, 2014). De acordo com Grynspan (1998), as ações e relações de diversos agentes podem modificar as configurações dos conflitos e dar origem a novas identidades para a ação política dos atores, ou até mesmo influenciar na determinação de suas estratégias. Nesse sentido, a hipótese desse trabalho é que a organização social e política, apoiada pela ação de mediadores e pela atuação em rede, inspirados na visão da agroecologia, vem contribuindo para dar legitimidade à agricultura que existe e resiste no município, a partir da construção, reconstrução e afirmação de suas identidades. Segundo Scherer-Warren (1995, p. 1046), a noção de rede vem sendo muito utilizada por atores coletivos e movimentos sociais como conceito

propositivo, para referir-se a uma estratégia de ação coletiva, em outras palavras, a uma nova forma de organização e ação, que considera fundamental a participação cidadã.

Os sujeitos dessa pesquisa são agricultoras e agricultores familiares da vertente Vargem Grande do Maciço da Pedra Branca, em sua maioria, habitantes do Quilombo Cafundá Astrogilda. Esse grupo encontra-se numa situação específica: inserido em uma área de proteção integral e sujeito a políticas ambientais, além de integrado ao meio urbano, tanto fisicamente quanto em suas relações com o mercado (FERNANDEZ, 2009).

O objetivo geral deste trabalho é compreender o papel das redes e dos mediadores no fortalecimento da agricultura familiar do Maciço da Pedra Branca, no município do Rio de Janeiro.

São objetivos específicos:

- Reconstruir a trajetória de desenvolvimento do grupo e os conflitos emergentes;
- Descrever as práticas associativas desses sujeitos, bem como os processos de organização do grupo, ressaltando suas fragilidades e potencialidades;
- Analisar a importância da construção de mercados diferenciados para produtos agroecológicos e do acesso a políticas públicas, no sentido de viabilizar a permanência desses sujeitos em seu território;
- Verificar as implicações do posicionamento do Estado para a reprodução social dos agricultores familiares.

Para tanto, a dissertação foi organizada da seguinte forma: após essa introdução, será apresentada uma breve revisão teórica sobre redes, seguida da metodologia do trabalho. A apresentação da pesquisa foi dividida em três capítulos subsequentes.

O primeiro capítulo, "*Reconstruindo trajetórias e relações*", se propõe a reconstruir a trajetória de desenvolvimento do grupo e sua relação com o território, com a agricultura, com os mercados e com o Estado. Esse se desenvolve a partir da contextualização histórica da situação em que o grupo se encontra, a caracterização do território, dos sujeitos da pesquisa e da agricultura praticada, evidenciando os conflitos e desafios impostos, além de apresentar a legislação que influencia a atividade agrícola na localidade.

O segundo capítulo, "*Práticas associativas cotidianas e organização social*", retrata as práticas associativas - formais e informais - dos sujeitos. Pretende-se descrever algumas das estratégias postas em prática por eles de modo a viabilizar sua permanência no território, a autonomia das famílias e o fortalecimento da agricultura ali praticada. Busca-se, ainda, compreender as potencialidades e fragilidades do processo de organização do grupo.

O terceiro capítulo, "*Mediadores e identidades*", por sua vez, apresenta as relações estabelecidas entre os mediadores e os agricultores, bem como as identidades que vêm sendo construídas, reconstruídas e afirmadas, para garantir a permanência desses em seu território. Pretende-se ainda apresentar o processo de construção de mercados locais e as reivindicações pela adequação e acesso a políticas públicas - a partir do reconhecimento de suas identidades -, bem como promover reflexões sobre o papel do Estado para a reprodução dessa agricultura.

Em seguida, serão apresentadas as conclusões e considerações finais e, por fim, as referências bibliográficas.

Redes de movimentos

O termo “rede” foi empregado, inicialmente, por Radcliffe-Brown para caracterizar a estrutura social como sendo uma “rede de relações sociais que existem efetivamente” (RADCLIFFE-BROWN, 1952, p.190). De acordo com esse autor, tais relações se sustentam a partir da confluência de interesses ou, no mínimo, pela contenção de conflitos resultantes das divergências. A ideia de rede é, geralmente, associada à imagem de uma teia, formada por um conjunto de pontos os quais estão unidos por linhas. Segundo Barnes (1954, p. 43 *apud* MAYER, 1987) “os pontos da imagem são pessoas, às vezes grupos, e as linhas indicam quais as pessoas que interagem entre si”.

Alguns autores chamam a atenção para as diferentes interpretações e conceitos sobre rede social, atribuindo tal diversidade aos variados contextos em que essa ideia foi empregada, inclusive, por diferentes áreas do conhecimento. Enquanto a Geografia trabalha com redes de produção e redes territoriais, a Administração analisa as redes organizacionais e empresariais. A Antropologia, por sua vez, utiliza o conceito para se referir às redes de vizinhança, de parentesco e de amizade, enquanto a ideia de redes é utilizada no campo da sociologia enquanto articulação política, ideológica e simbólica. De acordo com Silva *et al.* (2012), de um modo geral o termo designa uma forma de organização, relação ou prática social.

Em seu artigo, Barnes (1987) comenta sobre os processos políticos de nível local que ocorrem em instituições que preenchem também funções que não são políticas. O autor sugere que, ao se observar a política local, deve-se buscar “aqueles processos através dos quais indivíduos e grupos tentam mobilizar apoio para seus vários objetivos e, nesse sentido, influenciar as atitudes e ações dos seus seguidores” (Ibid, p. 160).

Barnes (1987) defende a utilização da rede social como um instrumento de análise de processos que envolvem conexões, de modo a apoiar a identificação dos líderes, dos seguidores ou a inexistência de um padrão de liderança. O autor sugere ainda uma metodologia para a análise de redes

baseada na sua medida de densidade. Segundo ele, a rede social total, apesar de ser ilimitada e delimitada apenas pela circunscrição territorial da localidade estudada, "é uma abstração de primeiro grau da realidade e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde" (Ibid, p. 166).

A temática das redes têm sido muito útil para compreender o sentido e a natureza das lutas dos movimentos sociais da atualidade. Na perspectiva de Alain Touraine, movimentos sociais são o coração e o pulsar da sociedade civil, e podem ser definidos como "sujeitos coletivos e políticos que lutam por transformações sociais, pela construção de novos projetos societários, democráticos e participativos", fundamentados nas categorias de classes sociais, relações de gênero, raça, etnia e geração (SILVA *et al.*, 2012, p. 114). Para Diani (1992, p.13 *apud* SCHERER-WARREN, 1995), "um movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados num conflito político ou cultural, com base numa identidade coletiva comum".

Estudando as redes de organizações não-governamentais no Brasil, denominadas *redes movimentalistas*, Doimo (1993 *apud* SCHERER-WARREN, 1995) indica a existência de um campo ético-político no qual atores coletivos com identidades diversas se articulam formando redes, a partir de relações interpessoais preexistentes.

Para Melucci (1989), a definição de *rede de movimentos* inclui, além das organizações formais, as relações informais que conectam núcleos de indivíduos e grupos à outros participantes. Esses compartilham de uma identidade coletiva e de uma cultura de movimento, e comportam mensagens simbólicas que desafiam os padrões dominantes, propondo inovações culturais. O autor sugere que as chamadas redes submersas, compostas por pequenos grupos imersos na vida cotidiana, tem o potencial de tornarem-se redes com visibilidade à medida em que pequenos grupos se mobilizam para intervir nas políticas públicas. Tal visibilidade, por sua vez, reforça "a solidariedade, facilita a criação de novos grupos e o recrutamento de novos

militantes atraídos pela mobilização pública que então flui na rede submersa” (Ibid., p. 62).

Os movimentos sociais emergentes constituem uma articulação entre vários submovimentos identitários, os quais se conectam através das redes (Scherer-Warren, 2007). Essa articulação entre vários sujeitos e/ou organizações resulta no que pode ser denominado, enquanto conceito teórico, como *rede de movimento social*. Tal noção se constitui “em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção” e é resultado das articulações entre os submovimentos (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

A utilização do conceito de redes em sua forma propositiva pelos movimentos sociais contém significados ideológicos e simbólicos (SCHERER-WARREN, 1995). Segundo a autora, os pressupostos ideológicos dessa estratégia de organização consistem: na construção de relações políticas mais horizontalizadas, envolvendo também o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural e ao pluralismo ideológico; e na possibilidade de conectar o local com o global, uma demanda específica com o interesse mais geral da população.

Imagina-se que os movimentos sociais que se organizam em rede possuem suas estruturas de poder mais horizontalizadas. Entretanto, assim como qualquer relação social, as redes são permeadas por relações de poder, conflitos, e também pela solidariedade, reciprocidade e compartilhamento. Para Scherer-Warren (2006), é importante observar como se dá esse equilíbrio e como possibilitam ou não a autonomia dos sujeitos sociais, especialmente as denominadas “populações-alvo” dos mediadores. A forma organizacional dos movimentos não é apenas instrumental, é um objetivo em si mesma, é uma mensagem e um desafio simbólico aos padrões dominantes. Segundo Melucci (1989, p. 62), “os movimentos contemporâneos praticam no presente a mudança pela qual eles estão lutando: eles redefinem o significado da ação social para o conjunto da sociedade”.

Diferente da militância que se autodefinia como “revolucionária”, está em ascensão um outro tipo de ativismo, fundamentado nos valores de democracia, solidariedade e cooperação (SCHERER-WARREN, 2006). De acordo com a autora, essas organizações orientam suas ações aos excluídos, discriminados, carentes e dominados, e passam a mesclar três formas de atuação: produção de conhecimento, cidadania e a prestação de serviço. Os sujeitos sociais veem nas articulações em rede uma forma de superar os legados de opressão a que foram submetidos nos processos de colonização e sua condição de marginalização e discriminação, para uma situação onde passam a ter seus direitos legitimados.

Na chamada *sociedade das redes*, os atores coletivos "percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania" (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113). Ao mesmo tempo em que tais articulações atribuem legitimidade aos espaços de mediação entre os movimentos e o Estado, buscam tecer e fortalecer redes de movimentos sociais com relativa autonomia. No caminho da construção de outra sociabilidade, as relações que se estabelecem entre movimentos sociais e organizações da sociedade civil, assim como as relações desses com o Estado ganham novos formatos e significados, onde o protagonismo dos movimentos sociais deve ter centralidade (SILVA *et al.*, 2012).

Segundo Scherer-Warren (2006), o reconhecimento da diversidade dos sujeitos sociais e do respectivo pluralismo das ideias, a luta por direitos e a criação de novas formas de governança são alicerces para o empoderamento democrático e a inclusão social das bases. De acordo com Touraine (1994b, *apud* GADEA & SCHERER-WARREN, 2005), uma sociedade democrática é aquela que reconheço o outro, não na sua diferença, mas como sujeito, de modo a unir o universal e o particular.

Nesse sentido, Santos (2002) afirma que o potencial contra-hegemônico dos movimentos resulta da sua capacidade de articular-se com outros

movimentos, cada um com seus próprios objetivos e forma de organização. Para que esta articulação política seja possível, é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis, o que pode ser alcançado através do trabalho de tradução que, segundo ele, “visa esclarecer o que une e o que separa os diferentes movimentos e as diferentes práticas, de modo a determinar as possibilidades e os limites da articulação ou agregação entre eles” (Ibid. p. 266).

Os espaços de mobilização de base local têm papel fundamental na construção e reconstrução do empoderamento político e simbólico das organizações. É onde se consolidam as identidades coletivas, que criam o sentimento de pertencimento ao grupo; as simbologias das lutas, que produzem força interior para prosseguir; e os projetos e utopias, que dão significação ao movimento (SCHERER-WARREN, 2006). Segundo Scherer-Warren (2008), a emergência de uma ação coletiva ou de um movimento social específico resulta da conversão de necessidades materiais em representações simbólicas de carências dos grupos, os quais constroem reivindicações para transformar tal situação.

A gestão das políticas públicas pode ser mais ou menos influenciada pela sociedade civil, na medida das possibilidades de convergência entre as redes de movimentos, o Estado e os conselhos, assim como do “efetivo empoderamento e democratização no interior das próprias redes de movimento, na direção do desenvolvimento de sujeitos com relativa autonomia na construção de seus destinos pessoais e coletivos” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 126). Assim como afirma Silva *et al.* (2012), acredita-se que redes e movimentos sociais são importantes conceitos para a análise dos movimentos da atualidade e desvelam novas formas de organização, articulação e comunicação que transcendem fronteiras físicas, culturais, de tempo e espaço.

METODOLOGIA

Minha entrada junto ao grupo focado nessa pesquisa se deu a partir da minha participação na Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU). Inicialmente, pretendia-se estudar a relação da Associação de Agricultores de Vargem Grande com a Rede CAU, evidenciando potencialidades e fragilidades, assim como avaliar o papel dessa associação na construção e acesso a mercados locais agroecológicos pelas famílias que habitam o maciço. A participação em diversos espaços, fomentados tanto pela rede quanto pelos sujeitos da pesquisa, deram luz a questões que redefiniram os objetivos traçados inicialmente.

A pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa das ciências sociais. O trabalho em campo foi desenvolvido entre dezembro de 2014 e junho de 2016, através da observação participante e de entrevistas orais semiestruturadas, além de visitas e conversas informais, com o intuito de compreender o processo de construção da experiência social local. Segundo Goldenberg (2004), a pesquisa qualitativa necessita de um procedimento metodológico diferente daquele utilizado nas ciências exatas, visto que o aprofundamento da compreensão das representações do grupo social é mais importante para o

pesquisador das ciências sociais do que a representatividade numérica. A observação direta e a experiência pessoal do pesquisador no campo são partes fundamentais da pesquisa, visto que é necessário entender o contexto e as circunstâncias locais para a apreensão e interpretação da realidade.

Essa pesquisa teve, inicialmente, uma fase exploratória, em que buscou-se conhecer o grupo e solicitar permissão para sua entrada em campo. Para Chambers & Guijt (1995), os processos sociais são tão importantes para o desenvolvimento de uma pesquisa quanto os dados e, para o melhor entendimento do contexto social, é necessária uma atuação continuada, dentro de um período de tempo de vivência e interação com o grupo social. Destacou-se, portanto, a relevância do contato direto e prolongado entre a pesquisadora e o grupo, sendo essencial saber ouvir, olhar e estar atento para captar informações relevantes, as quais podem surgir tanto de situações inesperadas quanto de momentos triviais. Segundo Verdejo (2006), a convivência pode esclarecer, muitas vezes, mais do que dezenas de questionários e ainda serve para conhecer a realidade da comunidade e criar certa confiança para compartilhar tempo com os atores.

A observação participante constituiu um aspecto central da metodologia utilizada no trabalho em campo. Esse foi desenvolvido através de um conjunto de visitas à área de estudo e da participação nas atividades fomentadas pelo grupo social em questão e seus parceiros, como reuniões, intercâmbios, eventos, oficinas de formação, feiras, encontros do grupo de certificação orgânica e seminários².

² Dentre as atividades, tem destaque a participação em: 7 reuniões regulares da Rede CAU (entre janeiro de 2015 e junho de 2016); 3 reuniões do GT Mercados da Rede CAU; 5 reuniões de formação e visitas de verificação do grupo do SPG da Rede CAU; 2 intercâmbios de quintal promovidos pela Rede CAU, sendo um deles em Vargem Grande; 2 eventos do Tira Caqui (realizados em Vargem Grande e em Rio da Prata, respectivamente); 2 Feiras Culturais do Quilombo Cafundá Astrogilda, em comemoração ao Dia de Zumbi de 2014 e 2015. Além dessas, é relevante citar a participação no I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (realizado em outubro de 2015, na UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro), além de 3 seminários organizados pela AS-PTA, entre os anos de 2015 e 2016. As características desses eventos serão detalhadas nos capítulos subsequentes.

Cabe ressaltar que esse período convergiu com dois importantes processos para o grupo. O primeiro se referiu à mobilização para a formação de uma feira de agricultores locais. Além desse, o grupo e seus parceiros articulados na Rede CAU empreendiam esforços para garantir o direito à DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf (documento necessário para acessar políticas de compra institucional de alimentos), o qual vinha sendo sistematicamente negado aos agricultores. Em função da minha aproximação com o grupo e participação na Rede CAU, participei de todos esses processos, mobilizações e agendas de reuniões. As reflexões que surgiram ao longo desses processos de reivindicação contribuíram com a discussão apresentada nesse trabalho.

Além disso, integrei a equipe do estudo do agroecossistema³ de um casal de agricultores, os quais também foram interlocutores dessa pesquisa. O estudo contou com visitas à propriedade do casal, questionários sobre produção e comercialização, além da elaboração da linha do tempo da família e do território, a qual contribuiu para a compreensão da trajetória de desenvolvimento do grupo.

A primeira etapa da pesquisa correspondeu à realização de um diagnóstico da agricultura local, o qual identificou algumas das principais questões da comunidade, como carência de assistência técnica, dificuldade de acesso às políticas públicas, falta de mão de obra para a atividade agrícola, insegurança sobre a permanência no território, além de desafios e oportunidades no que se refere ao acesso ao mercado e à organização social local. A partir desse procedimento, foram elaborados os roteiros para as entrevistas, utilizados na segunda etapa.

As entrevistas orais semiestruturadas facilitam criar um ambiente de diálogo em que a pessoa entrevistada possa se expressar livremente e possibilitam apreender as percepções de cada indivíduo sobre sua realidade.

³ Esse estudo integrou o Projeto Promovendo Agroecologia em Rede da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e foi realizado a partir de uma metodologia que vem sendo desenvolvida pela AS-PTA para a avaliação dos impactos econômicos e ecológicos da agroecologia, descrita como Análise de Agroecossistema.

Para tanto, é preciso ter clareza sobre os objetivos definidos para as entrevistas, mantendo também a relação de confiança. Foram entrevistados nove (9) agricultoras e agricultores da vertente Vargem Grande do Maciço da Pedra Branca, e cinco (5) mediadores que atuam na região, incluindo técnicos e pesquisadores. As entrevistas com agricultores foram associadas a visitas em suas propriedades. Todas as entrevistas foram gravadas e, em seguida, transcritas. A relação dos entrevistados, com uma breve caracterização, bem como a data de realização de cada uma delas, é apresentada a seguir:

A1	56 anos. Companheira de A2. Reside em sítio localizado no interior do PEPB. Trabalhou como diarista, dentre outras funções, antes de trabalhar integralmente na agricultura. É associada da Agrovargem e foi a primeira mulher a emitir uma DAP do município, através da qual acessou o PNAE. Comercializa banana, aipim e caqui no ponto de venda da Agrovargem e na Feira da Roça de Vargem Grande. Entrevista realizada em 11/12/2015.
A2	57 anos. Companheiro de A1 e irmão de A9. Agricultor, nascido e criado no Quilombo Cafundá Astrogilda. Já trabalhou como segurança, mas nunca largou a agricultura. É presidente da Agrovargem e já participou de diversos encontros e eventos a partir da sua atuação junto à Rede CAU, divulgando a agricultura do maciço. Participa do grupo de SPG da Rede CAU e participou do processo de formação da Feira da Roça de Vargem Grande. É suplente de A5 no Consea-RJ, desde 2016. Entrevista realizada em 18/12/2015.
A3	56 anos. Reside no interior do PEPB com esposa e filhos. Irmão de A6. Nascido e criado no Quilombo Cafundá Astrogilda. Sempre trabalhou na agricultura. Já participou da Agrovargem e do grupo de SPG da Rede CAU, dos quais está afastado. Recebeu a primeira DAP para agricultor do município. Comercializa a maior parte de seus produtos na feira livre, mas também no ponto de venda da Agrovargem e na Feira da Roça de Vargem Grande. Entrevista realizada em 13/04/2016.
A4	58 anos. Casado. Nascido e criado no Maciço da Pedra Branca. Sempre trabalhou na agricultura, no interior do PEPB. É associado da Agrovargem desde sua formação e deu início à comercialização no ponto de venda da Agrovargem. Além desse local, vende sua produção na Feira da Roça de Vargem Grande. Participa do grupo de SPG da Rede CAU e possui DAP, apesar de nunca ter utilizado ambos os certificados para escoar sua produção. Entrevista realizada em 23/02/2016.

A5	59 anos. Sua esposa é nascida e criada no Maciço da Pedra Branca, onde eles residem. Já trabalhou com diversas atividades, antes de trabalhar na agricultura. É associado e ex-presidente da Agrovargem. Foi presidente do Consea-Rio, entre 2014 e 2016, representando a Rede CAU, e tornou-se conselheiro do Consea-RJ, em 2016, tendo A2 como seu suplente. Participa do grupo de SPG da Rede CAU e já possuiu DAP. Comercializa seus produtos na Feira Agroecológica da Freguesia e através da Rede Ecológica. Entrevista realizada em 22/11/2015.
A6	59 anos. Irmão de A3. Nascido e criado no Quilombo Cafundá Astrogilda. Sempre trabalhou na agricultura, já tendo comercializado por muitos anos em feiras livres. Vende banana e aipim em uma barraca na entrada do bairro de Vargem Grande, além de ervas e plantas medicinais na Feira da Roça de Vargem Grande. Entrevista realizada em 13/04/2016.
A7	43 anos. Filho de A8. Casado. Nascido e criado no Quilombo Cafundá Astrogilda. Não tem sua venda oriunda da agricultura, mas se reconhece nessa prática e é defensor da continuidade da atividade no maciço. Participa do grupo de SPG da Rede CAU e possui DAP quilombola. Vem cumprindo um importante papel na articulação da comunidade com entidades externas, bem como na realização de visitas ao quilombo e afirmação dessa identidade. Entrevista realizada em 19/01/2016.
A8	<i>In memoriam.</i> 69 anos. Pai de A7. Mestre griô, nascido e criado no Quilombo Cafundá Astrogilda. É agricultor da Agrovargem desde sua formação e presidente da Associação do Quilombo. Participa do grupo de SPG da Rede CAU. Entrevista realizada em 19/01/2016.
A9	56 anos. Irmão de A2. Nascido e criado no Quilombo Cafundá Astrogilda. Reside no bairro de Vargem Grande e tem uma propriedade no maciço, de onde retira bananas. Costuma comprar aipim para revender. Comercializa banana e aipim no ponto de venda da Agrovargem, além de trabalhar com obra há muitos anos. Entrevista realizada em 11/12/2015.
M1	É professora da UFRRJ e realizou sua pesquisa de doutorado junto aos agricultores do PEPB. Integrou a equipe do Profito desde sua concepção. Teve papel fundamental no fortalecimento e visibilização da agricultura desse território. É membro do Conselho Gestor do PEPB e coordenadora da CT de Agroecologia e Comunidades Tradicionais. Entrevista realizada em 18/02/2016.

M2	55 anos. É quilombola, associada da Agrovargem e moradora de Vargem Grande. Fez parte da equipe do Profito, tendo cumprido importante função como mediadora na constituição da associação e na aproximação desses agricultores à Rede CAU. Integra o núcleo de Vargem Grande da Rede Ecológica e foi uma mediadora fundamental para a formação da Feira da Roça de Vargem Grande. Está envolvida na Articulação Plano Popular das Vargens e é relatora da CT de Agroecologia e Comunidades Tradicionais. Entrevista realizada em 11/04/2016.
M3	É assessor da AS-PTA, através da qual vem atuando no Maciço da Pedra Branca e junto à Rede CAU. Seu papel foi e tem sido fundamental no debate com relação ao direito à DAP pelos agricultores do município, estabelecendo diálogo com o Estado. Além disso, vem apoiando o acesso a mercados institucionais e a criação de novos circuitos curtos de comercialização. Entrevista realizada em 29/02/2016.
M4	É coordenador do Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA desde sua criação, em 1999. Teve papel fundamental na formação da Rede CAU e no fortalecimento de experiências de agricultura do município. Entrevista realizada em 07/06/2016.
M5	Atuou na criação da Rede CAU e é uma das principais animadoras da rede. Trabalha a agricultura com a juventude da Zona Oeste. Vem cumprindo um papel fundamental na defesa da agroecologia do município, realizando articulações políticas externas. Apoiar as ações referentes ao território de Vargem Grande, a exemplo da reivindicação pela DAP e a formação da Feira da Roça de Vargem Grande. Entrevista realizada em 09/03/2015.

*A = agricultor e/ou quilombola

*M = mediador

O material coletado a partir das entrevistas e os registros de campo foram sistematizados e analisados de forma combinada à revisão de documentos, legislações, dados estatísticos, produções acadêmicas e materiais produzidos pelas instituições e redes locais. É relevante ressaltar que a interpretação empreendida é também constituída de percepções e vivências a partir do lugar ocupado por mim no grupo.

Com o intuito de produzir um conhecimento útil, que permita que os atores se vejam, pretendeu-se compreender os valores que estão por trás da ação de cada indivíduo. Para isso, a redação desse estudo buscou empreender uma leitura descritiva da situação, evitando criar dualidades e fazer julgamentos. Portanto, o diagnóstico realizado baseia-se nas falas dos atores e, ao longo do texto, foram evidenciados os múltiplos pontos de vista captados, incluindo os da pesquisadora.

Optei, ao longo do texto, por utilizar o termo "agricultores do maciço" para me referir aos sujeitos da pesquisa, visto que essa é a identidade com a qual, na minha percepção, eles mais se identificam. Apesar da generalização, utilizada para tornar a leitura mais fluida, cabe destacar que os sujeitos da pesquisa - moradores da vertente Vargem Grande do Maciço da Pedra Branca - possuem características específicas e diferem dos habitantes de outras áreas do maciço. A questão da identidade, ou melhor, das identidades desses sujeitos será colocada em discussão no terceiro capítulo desse estudo.

É importante dizer ainda que a maior parte do texto foi escrita na terceira pessoa. No entanto, em alguns momentos foi necessária a utilização da primeira pessoa, de modo a deixar claro que tal frase consiste na visão da pesquisadora e/ou em sua participação no grupo. As falas dos interlocutores desta pesquisa foram colocadas em itálico e buscou-se reproduzi-las na íntegra, respeitando-se as variações linguísticas. Os termos e expressões utilizadas por eles também estão destacados em itálico.

CAP.1 - RECONSTRUINDO TRAJETÓRIAS E RELAÇÕES

"O território é o espaço socialmente construído." (Milton Santos)

O presente capítulo se propõe a reconstruir a trajetória de desenvolvimento do grupo e sua relação com o território, com a agricultura, com os mercados e com o Estado. É desenvolvido a partir da contextualização histórica da situação em que o grupo se encontra, da caracterização do território, dos sujeitos da pesquisa e da agricultura praticada, evidenciando os conflitos e desafios impostos, além de apresentar a legislação que influencia a atividade agrícola na localidade.

De acordo com Sabourin & Silva & Caron (1996, p. 57), as trajetórias de desenvolvimento referem-se à:

Evolução e reorganização dos recursos produtivos – naturais, humanos, capital e informações – no tempo e espaço, por um grupo de atores sociais, num território delimitado, com objetivo de manter, reproduzir ou melhorar as suas condições de vida.

A reconstrução das trajetórias possibilita identificar os processos-chave, acontecimentos marcantes e atores que influenciaram e influenciam o processo de desenvolvimento local. Segundo Abreu (2005), é necessário conhecer ou reconhecer as diversas situações de funcionamento das unidades familiares e, a partir desta perspectiva, compreender as condições e possibilidades de ação dos atores sociais.

1.1 - Agricultura no Maciço da Pedra Branca: sujeitos e práticas

O Maciço da Pedra Branca⁴ (Figura 1) estende-se por 17 bairros da Zona Oeste e ocupa cerca de 10% do território carioca. Além da natureza exuberante, guarda parte da história e da memória do Rio de Janeiro. Ali vivem descendentes de escravizados das antigas fazendas da região e de famílias de migrantes, que chegaram na floresta no século XIX.

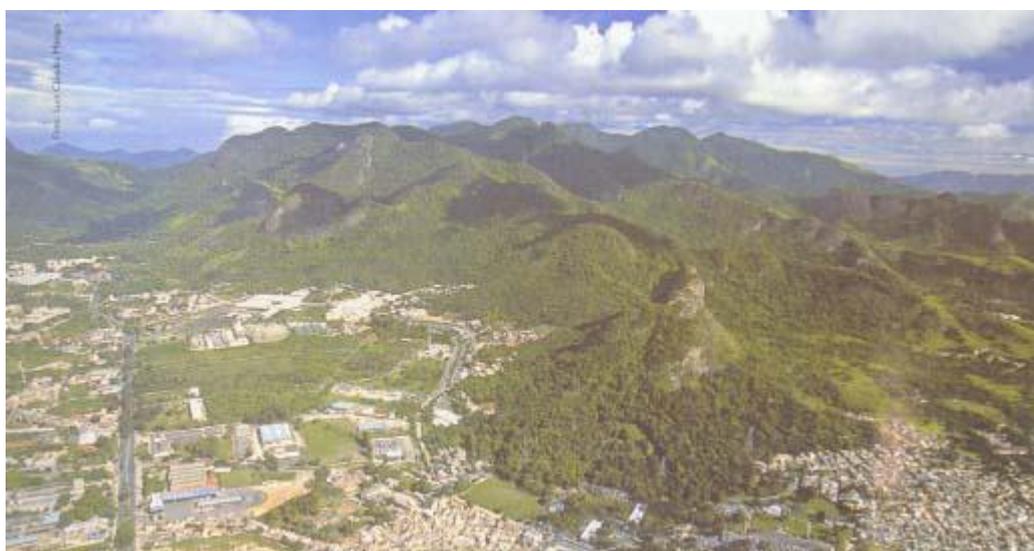


Figura 1: Vista aérea do Maciço da Pedra Branca. Fonte: AMIGOS, 2015.

As atividades agrícolas do maciço estão concentradas, especialmente, nas localidades de Rio da Prata (no bairro de Campo Grande), Taquara, Ilha de

⁴ Maciço é a denominação utilizada para um conjunto de montanhas dispostas em torno de um ponto culminante. O Maciço da Pedra Branca abriga o ponto mais alto da cidade, o Pico da Pedra Branca, com 1.024 m de altitude.

Guaratiba e Vargem Grande (FERNANDEZ, 2009). Ademais, existem em seu entorno diversos bairros de tradição agrícola, com elevadas taxas de urbanização (Figura 2). Segundo Prado & Mattos & Fernandez (2012), estima-se que existam cerca de 120 pequenos produtores no Maciço da Pedra Branca, em sua maioria posseiros, os quais, ainda que em condições extremamente desfavoráveis e sendo quase desconhecidos para a maior parte da população da cidade, resistem ao processo de transformação da região. Seu sustento é baseado na produção e comercialização de bananas, caquis, aipim e hortaliças, além de frutos e verduras tradicionais da região, como a taioba e a bortalha (SERTÃO, 2016).



Figura 2: Mapa do Maciço da Pedra Branca e os bairros do entorno. Adaptado de: Google Earth (acesso em 18/11/2016).

O processo de ocupação da baixada de Jacarepaguá, no entorno do Maciço da Pedra Branca, teve sua origem com os grandes engenhos, ainda no período colonial. De acordo com Fernandez (2009), a partir do século XIX, com a decadência da produção de açúcar, os engenhos foram dando lugar aos

onde eram comercializados sementes e maquinários, situada no local que é hoje a sede da Associação de Moradores de Vargem Grande. Nos anos 60, com o aumento da produção de bananas nas serras, essa fruta alcançou relevância econômica e tornou-se o principal produto do maciço. Além dela, eram cultivados, predominantemente, mexerica, laranja lima e caqui.

Na vertente⁵ de Vargem Grande do Maciço da Pedra Branca - área em que esse estudo foi desenvolvido -, a banana é, até hoje, o item mais importante para o sustento das famílias. Considerada lavoura de mercado, vem sendo cultivada junto a outros produtos direcionados ao autoconsumo, que também podem ser comercializados, como: aipim, milho, chuchu, jiló, limão e taioba. Nos cultivos de banana, é significativa a presença de elementos arbóreos nativos, característicos da capoeira e da floresta secundária, e o solo é coberto por plantas herbáceas não cultivadas, típicas do ecossistema local (Figura 4).



Figura 4: Plantio de banana consorciado com a floresta nativa, no Maciço da Pedra Branca. Tirada em 21/08/2015.

⁵ Em geografia, vertente (ou encosta ou face) corresponde a um dos lados de uma montanha, no caso, um maciço, por onde escoam a água da chuva.

A prática agrícola dessas famílias possui fortes traços de tradicionalidade, decorrentes das condições históricas em que essa agricultura se desenvolveu e das adequações diante das restrições ambientais. Segundo Almeida (1999 *apud* ABREU, 2005), são características das populações tradicionais:

(1) uso de técnicas de baixo impacto ambiental; 2) existências de formas de organização social eqüitativa; 3) presença de instituições de poder e lideranças locais; 4) finalmente, a existências de traços culturais que são seletivamente reafirmados e reconstruídos (e não seguidos cegamente).

A mecanização e modernização do campo não chegaram nas encostas dos morros. Segundo um agricultor nascido e criado no local (A2): *"Aqui ninguém bota o mata-mato. Tem gente que nem o caminho da roça limpa. O Roundup não funcionou do lado de cá não, não funcionou por causa da consciência que tem aqui"*. De acordo com Fernandez (2009), aquelas famílias viviam em harmonia com o ambiente e, ao longo do tempo, desenvolveram estratégias de produção que respeitavam, intuitivamente, os limites e as potencialidades do uso dos recursos naturais, mantendo a integridade dos fragmentos de Mata Atlântica na área urbana.

Apesar de, anteriormente, desconhecerem os conceitos de Agroecologia ou Agricultura Orgânica, a prática realizada tradicionalmente por esses produtores era baseada em princípios ecológicos e sem o uso de agrotóxicos. *"A gente era [agricultor] orgânico e nem sabia"*, garantiu um agricultor local (A3). Contudo, a maioria prefere utilizar o termo "alimento natural" ao referir-se orgulhosamente a seus produtos, de modo a ressaltar a integração da produção com a dinâmica natural do ambiente. Outro agricultor (A2) comentou:

Sempre teve agroecologia aqui, mas pra mim agroecologia é alimento limpo, sem veneno, é a forma que a gente tem pra frear a destruição e colaborar com o criador na defesa do planeta que a gente vive. Agroecologia pra mim é tudo isso.

Antigamente, em função da distância dos centros de comércio e a dificuldade de transporte, poucos eram os que iam à feira e a comercialização dependia, majoritariamente, de atravessadores, que compravam a produção ali mesmo. Para um dos interlocutores dessa pesquisa (A2), a dificuldade de acesso era tanta que os agricultores locais não conheciam o centro da cidade, "*nem sei pra que lado fica*" diziam. Apesar do baixo preço pago pelas mercadorias, uma agricultora defendeu que "*pelo menos alguém comprava*" (A1). Atualmente, a comercialização é restrita aos pontos de venda e feiras, nos bairros de Vargem Grande e Jacarepaguá. Em alguns casos, conta com atuação de intermediários no próprio maciço⁶.

1.2 - Legislações urbana e ambiental: conflitos socioambientais e contradições

A antiga Zona Rural da cidade - O Sertão Carioca - foi por muito tempo polo de abastecimento agrícola da capital (PRADO & MATTOS & FERNANDEZ, 2012). A expansão urbana nessa direção teve início na década de 1930, impulsionada por obras de saneamento que visavam, inicialmente, oferecer melhores condições para a prática agrícola, de modo a favorecer o desenvolvimento de um cinturão agrícola para a capital. No entanto, ao contrário do que se previa, o saneamento da região conferiu novos usos e valores para os terrenos, criando áreas de interesse imobiliário, o que resultou em uma intensa expansão urbana e industrial.

De acordo com Santos (2006), nessa época, a terra passou a ser vista como capital, o que implicou a expropriação de comunidades inteiras, como é o caso dos chamados pequenos lavradores locais, os quais afirmavam seu direito de permanência tanto em função da antecedência da ocupação, quanto pela importância da produção agrícola local para o abastecimento da capital e também para a sobrevivência de suas famílias. Um jornal da época já dava destaque ao tema da extinção das lavouras do Sertão Carioca: "Dentro de 10

⁶ As relações com os intermediários será retomada no próximo capítulo.

anos aproximadamente, se continuar no ritmo em que vem a política nefasta dos loteamentos para fins lucrativos, não existirá na zona rural um plano de terra cultivada" (VOZ BANGUENSE de 16/06/54 *apud* SANTOS, 2006).

Na década de 1960, quando teve início o processo de zoneamento e rápida urbanização da Zona Oeste (ALEM, 2010), a Secretaria de Agricultura foi extinta e a Zona Rural do município foi transformada em Zona Oeste, pelo até então Estado da Guanabara. Segundo Fernandez (2009, p. 195), isso "contribuiu para anunciar e consolidar novos usos industriais e urbanos que já estavam se desenvolvendo, e assim tornar esquecida a atividade agrícola que ainda hoje é praticada na região".

Além das ameaças com a urbanização, em 1974, as áreas do maciço localizadas acima da cota altimétrica de 100 metros foram transformadas em unidade de conservação de proteção integral: o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) (GUANABARA. Lei Estadual nº 2.377, 1974). Com quase 12.500 hectares de Mata Atlântica, é considerada a maior reserva florestal em área urbana do mundo e foi criada diante da necessidade de preservar a riqueza natural dessas florestas e os mananciais ameaçados pela expansão urbana. Esse processo se deu sem a participação da comunidade local, ainda que a presença dessas famílias e seus modos de vida tenham contribuído para que houvesse uma floresta a ser preservada. Corrêa (1936) já afirmava que os *sertanejos* poderiam se transformar em grandes protetores de seu ambiente, desde que recebessem assistência adequada do Estado.

Na contramão da ideia de Magalhães Corrêa, as restrições severas à prática agrícola, impostas pelo órgão ambiental - orientado por uma perspectiva de incompatibilidade entre a presença humana e a conservação da natureza -, aumentaram as dificuldades com relação à produção e agravaram os impedimentos para a reprodução da agricultura ali praticada e, conseqüentemente, para a permanência das famílias e a manutenção de seus

modos de vida. Apesar de amparados pelas leis estadual e federal⁷, a maioria dos moradores desconhecia seus direitos e sofria com as ameaças de remoção.

De acordo com um dos interlocutores da pesquisa (A2), *"a gente pensava: eu moro aqui há mais de 50 anos, minha família já morava aqui, meus pais, meu avô, bisavô, ninguém me tira daqui não, a gente pensava. Hoje eu sei que não é assim.[...] A nossa própria ignorância é inimiga da gente"*. A situação de incerteza territorial potencializa conflitos de interesse e pode promover uma desterritorialização subjetiva (SATHLER, 2010), dada a dificuldade de reprodução social e o não reconhecimento de seus direitos. É relevante elucidar que, em 2014, a Comunidade Remanescente do Quilombo Cafundá Astrogilda recebeu o reconhecimento oficial de sua ancestralidade quilombola.⁸

Contradizendo o discurso conservacionista do Estado, em 1998, a construção de um parque aquático, o maior da América Latina, extraiu significativos volumes de água dos lençóis freáticos, impactando na redução da vazão das nascentes, rios e cachoeiras do maciço. Além disso, até hoje condomínios da baixada captam água de sítios localizados no interior do Parque e não há regulamentação sobre esse uso. Esses fatores demonstram uma postura diferenciada do Estado, cuja permissividade ou rigidez depende dos atores e interesses envolvidos. Na visão de alguns moradores, a lei só serve para punir e marginalizar os pobres em benefício dos ricos. Outro agricultor avalia que *"o governo que devia trabalhar pelos seus direitos, hoje, trabalha pelo seu dinheiro"* (A2). A Figura 5 retrata uma das contradições vividas nesse território protegido.

⁷ Lei Estadual nº 2.377 (GUANABARA, 1974); Lei Estadual nº 2.393 (RIO DE JANEIRO, 1995); Lei nº 9.985 (BRASIL, 2000).

⁸ Será detalhado no terceiro capítulo.



Figura 5: Placa que afirma diversas proibições, incluindo a de construir e cercar. Ao fundo, mansão construída após a criação do PEPB, sem embargo do órgão ambiental. Tirada em 21/08/2015.

Se, por um lado, a implantação do PEPB preservou as áreas agrícolas do processo mais amplo de ocupação urbana e especulação imobiliária observadas no entorno (FERNANDEZ, 2009), por outro lado, tal legislação favoreceu a invisibilidade do lugar da agricultura e criminalizou seus atores, relegados a uma condição de injustiça ambiental. Foram criadas restrições e cobranças, mas não foram desenvolvidas, na mesma medida, estratégias participativas que garantissem a reprodução social dessas famílias. Para uma moradora de Vargem Grande e integrante da Rede CAU, as contradições vividas nesse território protegido refletem as disputas pelo uso do solo urbano na cidade (FERNANDEZ & BAPTISTA, 2014). De acordo com um dos agricultores locais (A3):

Quando decretaram o Parque, começou (sic.) a botar obstáculo, barreira, essas coisas e começou todo mundo a parar de fazer roça [...]. Quando decretaram parque, isso tudo aqui era roça. Tinha aipim, quiabo, milho, banana! [...] Essa roça aqui, se você for roçar agora e

cortar esses paus, pra tentar trazer mais adubo pra terra, o INEA⁹ já começa a implicar.

Além dos conflitos com o PEPB, esse agricultor (A3) comentou sobre o zoneamento mais recente do município do Rio de Janeiro:

Muitas pessoas abandonaram isso, sabe por quê? Porque aqui em Vargem Grande deram que era área imobiliária, sei lá o que, e não tinha lavrador. Eu desconcordo (sic) disso [...] por que o INCRA atuava aqui? Porque era agrícola.

De acordo com Vidal (2008), a atuação da Prefeitura Municipal incentiva a disseminação da ruralidade carioca e corrobora com a expansão da agricultura urbana. Porém, não é essa a avaliação dos interlocutores da pesquisa. O Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, em seu artigo 254 (PCRJ, 2011), prevê as seguintes diretrizes para a Política de Agricultura, Pesca e Abastecimento: (i) implementação de projetos de agricultura institucional ou subsidiada em áreas ociosas, vazios urbanos ou áreas impróprias à ocupação; (ii) promoção e incentivo ao cooperativismo nas atividades agrícolas, pesqueiras e de abastecimento; (iii) desenvolvimento de mecanismos que possibilitem aos agricultores cariocas o acesso a linhas de crédito agrícola oficiais; (iv) priorização à adoção de ações de comercialização direta, de forma a dinamizar o escoamento da produção municipal; (v) manutenção de áreas com tradição agrícola, contribuindo para a dinamização da economia; e (vi) o estabelecimento de linhas oficiais de crédito agrícola destinadas aos produtores rurais cariocas.

Apesar de, em 2013, ter sido criada a Secretaria Especial de Abastecimento e Segurança Alimentar (Seab) com o objetivo de promover tal política, a maioria de seus objetivos ainda não se efetivaram. Segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), o município do Rio de Janeiro apresenta 1.055 estabelecimentos agrícolas. Entretanto, seu zoneamento mais recente, ao invés de ampliar, excluiu suas áreas rurais, definindo-o como integralmente

⁹ INEA: Instituto Estadual do Ambiente. Órgão ambiental responsável pela gestão de um amplo conjunto de unidades de conservação em todo o Estado do Rio de Janeiro.

urbano, o que criou novas dificuldades para a reprodução da atividade agrícola (por exemplo, acesso à assistência técnica, crédito rural e políticas públicas para agricultura familiar).

O zoneamento definido a partir desse decreto, além de não apoiar os objetivos declarados no próprio Plano Diretor, ao não reconhecer a existência de áreas rurais na cidade, contradiz a Lei Federal que instituiu o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), que em seu artigo 49 regulamenta que:

A área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais. Parágrafo único. A zona de amortecimento¹⁰ das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana (BRASIL, 2000).

Além das evidentes contradições, inclusive em termos legais, tais evidências confirmam um posicionamento recorrente adotado pelo Estado, que visa deslegitimar a permanência dos moradores e agricultores em área destinada à conservação ambiental, invisibilizando e marginalizando a agricultura familiar que persiste no Maciço da Pedra Branca e detém relevância econômica e social para o sustento das famílias. Como destaca Prado (2012), a criação de uma 'imagem do urbano' e da inexistência da agricultura do município do Rio de Janeiro "obviamente tem implicações políticas, especialmente no que tange à deslegitimação de reivindicações daqueles envolvidos na prática agrícola frente ao poder público". Segundo Bourdieu (1989), as representações sobre o espaço contribuem para produzir o território que foi descrito ou designado.

Reforçando a percepção quanto ao posicionamento do Estado e a especulação imobiliária no entorno do Parque, foi criado o Plano de

¹⁰ O Plano de Manejo do PEPB ainda não realizou a demarcação da zona de amortecimento. Nesse caso, o SNUC (BRASIL. Lei nº 9.985, 2000) estabelece que um raio de 10 km no entorno rural é considerado zona de amortecimento.

Estruturação Urbana das Vargens - PEU das Vargens (PCRJ, 2009), que abrange áreas caracterizadas por lotes maiores e baixas taxas de ocupação. A região das Vargens engloba os bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim, parte do Recreio e um pequeno trecho da Barra e de Jacarepaguá, totalizando quase um quarto da área total do município. Um morador do maciço questionou o fato de existirem leis tão restritivas no interior do Parque e a área de amortecimento, por sua vez, sequer ter sido determinada. "*No entorno, pode tudo*" (A7), sugere ele. Um estudo multidisciplinar alerta que, além da arbitrariedade com que o processo se deu, sem um planejamento democrático, o plano estimula um modelo de ocupação irresponsável. Segundo os autores, a lei "induz intensas mais-valias fundiárias para o incremento do mercado imobiliário e potencializa vários riscos socioambientais" em extensas áreas que apresentam fragilidade ambiental e funções ecossistêmicas importantes, podendo ainda acarretar na perda de diversas áreas agrícolas (NAME *et al.*, 2011).

Tal cenário é similar ao observado por Pimenta (2007), sobre os desafios da agricultura carioca durante a segunda metade do século XX. O autor afirma que:

Por mais que orientações técnicas apontassem a importância da atividade agrícola para a economia da cidade e como meio de vida daqueles que retiram dela seu sustento, as áreas agrícolas sempre foram encaradas como vazios urbanos [...] ou, ainda, um estoque de terras a ser utilizado no momento mais adequado à reprodução do capital (Ibid.).

Em seu livro, Corrêa (1936, p. 236) já falava sobre o descaso do governo com os moradores do Sertão Carioca: "Abandonados completamente pelos poderes públicos, sem código rural, sem assistência médica eficiente, sem instrução adequada, vivem esquecidos nessa vasta região do Distrito Federal, como se não fossem brasileiros". Essa afirmação evidencia a ausência histórica do poder público na região que, para um dos entrevistados (A5), "*só vem para atrapalhar*".

1.3 - Declínio da prática agrícola local: causas e consequências

A ameaça da urbanização, as incertezas quanto à posse de terra, a falta de diálogo com os gestores do Parque, as severas restrições impostas pela legislação ambiental à prática agrícola, além da falta de assistência técnica, políticas e ações direcionadas ao território, fizeram com que muitos optassem por abandonar ou vender seus sítios, em busca de novas fontes de trabalho e renda. Pimenta (2007) atribuiu o abandono das atividades agrícolas do município aos seguintes problemas:

A carência de informação sobre os agricultores; as dificuldades de obtenção de insumos básicos e de crédito; a desorganização do sistema de comercialização; a falta de zoneamento compatível com a realidade municipal; a deficiência dos órgãos de assistência técnica ao produtor; e a alta renda dos atravessadores.

Além disso, a baixa valorização da atividade agrícola e a queda do preço da banana na década de 1990, implicaram no declínio da agricultura local. Sobre isso, um agricultor (A2) comentou que:

A maioria saiu da roça, porque nossa mercadoria não tinha valor. Você ia com a mercadoria pra feira e você não vendia. Isso veio pra derrubar a gente mesmo e cada um se virou como pôde: trabalhar de empregado, ir pra obra, trabalhar de empreitada pros outros na roça.

Dentre os interlocutores dessa pesquisa, somente dois permaneceram trabalhando na agricultura ao longo de toda sua vida adulta, ou seja, não exerceram nenhuma outra atividade profissional. Nas palavras de um deles (A3): *"Eu falo de peito aberto mesmo, eu nunca larguei [a agricultura]. Nunca abandonei, nunca. Por mais dificuldades, eu sempre tô aqui"* e explicou que só conseguiu isso colocando preços muito baixos na banana, para torná-la competitiva em relação à grande quantidade desse produto procedente de outras regiões do país - e à custa de muito trabalho. Para garantir seu sustento, mantendo os preços baixos, ele tinha que vender muita quantidade de banana

e *"trabalhar sem parar [...] tinha dia que eu chegava cedinho e não conseguia nem almoçar, ía direto. Foi por isso que eu aguentei sobreviver"*, relatou (A3).

Esse agricultor (A3) comentou sobre as dezenas de produtores que habitavam a vertente de Vargem Grande do maciço, *"e como tinha agricultor, mais de 80"*, disse. Para ele, essas pessoas deixaram a agricultura devido a obstáculos relacionados ao posicionamento do poder público, dentre eles, a dificuldade de obter licença de produtor para comercializar nas feiras livres, a ausência de assistência técnica adequada e a inexistência de um planejamento que contemplasse esse território agrícola e seus atores, invisíveis aos olhos do Estado. Para ele (A3):

O que acontece, a pessoa vai na sua casa, bate hoje, bate amanhã e você não quer abrir, o que você vai fazer? Ele não quer me atender, vou largar pra lá. É isso aí o que está acontecendo. Toda vez que ele ia lá a porta tava fechada. E é o que continua acontecendo.

Hoje em dia, a escassez de mão de obra representa um grande desafio para a reprodução da atividade agrícola no maciço, limitando tanto a produção, quanto a comercialização. Apontando para uma área da floresta, esse agricultor comentou (A3), *"aqui tinha verdura, alface, chicória, tinha tudo. Aí ficou difícil, eu parei e virou mato, porque não tinha pessoa pra ajudar"*.

Apesar disso, a contratação de mão de obra externa é pouco utilizada. *"O que tem aqui eu mesmo faço, não tem trabalhador"*, afirmou um agricultor local (A4). Isso deve-se, principalmente, a dois fatores. Primeiramente, o agricultor familiar nem sempre dispõe de recurso para pagar o valor de uma diária correspondente ao que se obtém em uma atividade urbana. Além disso, de acordo com os entrevistados, muitos trabalhadores não querem realizar atividades pesadas da roça e optam por se dedicarem a tarefas menos exaustivas e mais bem remuneradas, geralmente, no meio urbano.

É muito comum encontrar no maciço agricultores que, em algum momento da sua trajetória, tiveram que deixar a roça para trabalhar na cidade, dedicando-se a atividades comerciais, construção civil, serviços domésticos,

segurança ou "bicos". A maioria deles nunca conseguiu voltar, como lembrou um dos interlocutores (A3), "*ele meteu o pé daqui e não voltou mais não*", referindo-se a um antigo produtor local.

Um desses produtores, que já garantiu seu sustento através da agricultura e, atualmente, trabalha em uma loja de material de construção comentou que:

Eu queria tá na roça, trabalhando na lavoura. Hoje não tô, mas é um sonho meu, porque eu gosto. Eu tenho meu terreno lá e o meu sonho, se eu me aposentasse amanhã, ia lá pro meio do mato. [...] Não é pra ganhar lucro não, pelo contrário, porque não compensa você viver dela [da agricultura]. Ela não teve nenhum incentivo de lado nenhum pra você ampliar, não tem estímulo do governo, de ninguém... ninguém te dá um caminho. A história da roça é uma história sofrida.

Por outro lado, ainda que a maioria deles tenha trabalhado com outras atividades, alguns conseguiram manter sua produção, como expos um deles (A2):

Eu nunca saí da roça. Trabalhei sete anos de empregado [...] tinha semana que eu tinha três dias de folga, o cara me liberava e eu ia pra roça. A gente só saiu pra trabalhar fora por causa da necessidade, que um salário mínimo ganhado aqui fora era muito melhor do que ter um bananalzinho. Aí quando eu sai de lá [do trabalho assalariado], continuei na roça, vendendo banana pra um rapaz, plantando aipim. [...] Na verdade, a gente saiu da roça pra arrumar mais um dinheirinho, mas não que a gente abandonasse a agricultura.

Ainda hoje é comum que alguns membros da família se ausentem do trabalho agrícola para contribuir com a renda familiar. Sobre isso, Fernandez (2015) ressalta que "o caráter familiar da produção não se limita à utilização de mão de obra familiar, mas sim no empenho dos indivíduos através de diferentes estratégias em manter a unidade de produção". Nesse sentido, a

título de exemplo, a esposa de um dos agricultores administra um bar, enquanto outra trabalha como cozinheira.

Ademais, é notório o número elevado de agricultores mais velhos trabalhando na atividade. Pode-se perceber também que há no maciço configurações de famílias que se diferem daquelas tradicionais camponesas no que se refere à preocupação de criar descendentes. Esse fator dificulta ainda mais a renovação da força de trabalho e sucessão geracional na prática agrícola, criando limitações para a reprodução dessa atividade.

Num universo de oito agricultores entrevistados, dois não possuem filhos e apenas um tem o filho trabalhando na agricultura. Sem incluir as crianças, os demais jovens desempenham funções em outros setores, em sua maioria, temporárias ou de baixa qualificação e, portanto, a agricultura cumpre um papel importante como alternativa à venda da força de trabalho dos filhos em outros setores econômicos. Um dos interlocutores (A2) ressaltou que hoje o trabalho na roça não é tão penoso quanto antigamente:

O pessoal tem a imagem dos antigos, que ficavam muito na luta... tinha que ficar lá todo dia roçando o bananal, aí o mato cresce e tem que roçar o bananal de novo. O pessoal ainda não entendeu que é outro tipo de agricultura, que não precisa ser uma coisa sofrida. Com a agroecologia estar na roça é muito menos desgastante, mas as pessoas não entendem isso e por isso não querem trabalhar com agricultura.

Somente duas mulheres participam das atividades de produção e/ou comercialização. Uma delas atua na venda da produção na feira e, nos dias restantes, trabalha fora. A segunda, interlocutora dessa pesquisa, possui bastante autonomia, tanto na comercialização quanto na produção e no cuidado com os animais - com um afeto de mãe pra filho, não deixa nada faltar para os "bichinhos", modo como se refere, carinhosamente, a seus burros. Ela trabalhava como diarista na cidade, foi morar no maciço após se casar com um agricultor nascido e criado ali e, há cerca de 15 anos, trabalha exclusivamente na atividade agrícola.

Na visão de um agricultor que chegou a trabalhar na cidade durante alguns anos, mas retornou à atividade agrícola, a escolha de deixar a agricultura é de responsabilidade do agricultor. Para ele, "*as dificuldades vêm de lá, mas a gente daqui tem que rebater*" (A2). Outro agricultor discorda, argumentando que "*por essas dificuldades eles foram abandonando, eu não culpo eles*" (A3).

Para Fernandez (2009), as atividades cotidianas das famílias para manter a propriedade, organizar a produção e acessar mercados, além da mobilização política, são formas de resistência e luta pelo direito de permanecer no território. Aqueles que optaram por permanecer no território e na atividade agrícola, se unem para superar as dificuldades cotidianas e manter suas territorialidades.

CAP. 2 - PRÁTICAS ASSOCIATIVAS COTIDIANAS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

"O que faz a gente caminhar somos nós." (agricultor do Maciço da Pedra Branca).

Este capítulo retrata as práticas associativas - formais e informais - dos sujeitos da pesquisa. As práticas associativas são fruto da cultura local e das estratégias desenvolvidas para sua reprodução social. Pretende-se descrever algumas das estratégias postas em prática por eles de modo a viabilizar sua permanência no território, a autonomia das famílias e o fortalecimento da agricultura ali praticada, as quais referem-se à produção, comercialização e luta por direitos. Busca-se, ainda, compreender as potencialidades e fragilidades do processo de organização do grupo.

2.1 - Núcleo Cafundá Astrogilda: mutirão e outras práticas

Com o fim dos engenhos, os descendentes de escravizados das fazendas da região formaram núcleos familiares em todo o maciço, os quais receberam o

nome da matriarca que os originou. Esses núcleos estão estreitamente ligados por relações de parentesco, perpetuadas e renovadas ao longo do tempo através dos casamentos e compadrios. A localidade mais povoada da vertente de Vargem Grande era conhecida como Cafundá, com a matriarca Astrogilda. Um morador local afirmou que *"aqui, todo mundo é parente"* (A7). Não é possível compreender as relações nesse espaço sem considerar as relações de parentesco existentes. Fischer (1993 *apud* Scherer-Warren, 1995) defende que, a partir do tecido social de base informal (vizinhança, parentesco, amizade), é possível formar redes mais estáveis do que aquelas centralizadas nas associações de moradores.

O núcleo da Astrogilda era amplamente conhecido em virtude do Centro Espírita Pai Tertuliano, fundado por ela, que foi referência em cuidados espirituais e de saúde, com plantas medicinais e rezas, além de oferecer assistência a partos, recebendo moradores de todas as vertentes do Maciço da Pedra Branca. *"Isso aqui tinha vida"*, lembrou um morador (A3).

Os moradores relataram que, há algumas décadas, a vida comunitária era intensa. *"Tinha festa na roça todo domingo, à luz de lampião"*, para as quais subiam moradores da baixada e de outras áreas do maciço, contou um deles (A7). Outro morador, apontando para uma área coberta de mato, aonde só se chega após cerca de 2 horas de caminhada por uma trilha na floresta, lembra *"Isso aqui tudo era construção. Antigamente, aqui tinha venda, só que eles não vendiam, eles trocavam"* (A3).

Segundo Sabourin (2009), "comunidade" é a palavra mais utilizada para definir esse grupo territorial de indivíduos. O autor sustenta que são princípios de uma comunidade, além de localidade e proximidade, o parentesco, a espiritualidade ou religiosidade, o sentimento de pertencimento e o compartilhamento de recursos. Ademais, o vínculo afetivo e o compartilhamento de recursos aproximam a ideia de comunidade do conceito de reciprocidade.

Diferente da troca, firmada na permuta de objetos, a reciprocidade é uma relação reversível entre sujeitos (TEMPLE & CHABAL, 1995 *apud* SABOURIN, 2009). Para Mauss (1924 *apud* SABOURIN, 2009), consiste na dinâmica de prestações, geradora de vínculo social. Em outras palavras, tem o intuito de ampliar relações sociais e afetivas - amizade, confiança, compreensão mútua - e é motivada, principalmente, pela preocupação pelo outro (TEMPLE, 1998 *apud* SABOURIN, 2009).

Na época dos engenhos, era comum um tipo de relação denominada *reciprocidade desigual ou assimétrica* (SABOURIN, 2009), a qual se mantém por conta do controle sobre os meios de produção. No Maciço da Pedra Branca, ela era percebida, por exemplo, nas antigas casas de farinha que pertenciam aos fazendeiros. Para um morador fazer uso dela, deveria deixar três quartos da sua produção e receberia, em troca, a quarta parte restante transformada em farinha. Esse tipo de relação prevaleceu historicamente no Brasil, entre colonizadores e indígenas, mestres e escravos, patrões e peões, proprietários de terra e moradores.

Existem também outros tipos de relação, em que não há dominação de um sobre o outro e, por isso, podem ser definidas como *reciprocidade simétrica*. A ajuda mútua, ou *mutirão*, é um exemplo de estrutura de reciprocidade ligada à produção agrícola e envolve também a reciprocidade na vida familiar e doméstica (SABOURIN, 2009). Tal estrutura mantém-se por valores humanos éticos, ao mesmo tempo em que os reproduz.

"Mutirão" é uma palavra de origem guarani que significa "auxílio gratuito que prestam uns aos outros os membros de uma determinada comunidade, reunindo-se todos em proveito ou de um de seus membros, ou de todos" (CHIARADIA, 2008). Esse termo designa dois tipos de cooperação: quanto aos bens comuns e coletivos, como abertura de estradas ou construção de escolas e cisternas; ou no que se refere a trabalhos em benefício de uma família, em geral, trabalhos penosos, como desmatar um terreno ou construir uma casa.

Esses acordos já foram mais frequentes no Maciço da Pedra Branca. De acordo com um agricultor nascido e criado ali (A2), sua mãe contava que a prática de mutirão entre as famílias era muito comum:

Muito antes minha mãe já falava sobre mutirão, ela chamava de puntirão. Tinha um almoço, uma comida normal, cinco, seis, dez homens na roça. Aí, naquele dia, o cara capinava, plantava, fazia tudo num dia só. Costumava ser no sábado, aí depois tinha baile na casa. No outro sábado era no outro [morador], depois no outro. Todo mundo tinha roça.

A redução da quantidade de agricultores no maciço - explicitada no capítulo anterior - tornou a realização de mutirões cada vez mais fortuita. Segundo levantamento da Fiocruz, realizado em 2007, com produtores de todo o maciço, somente 9% estabeleciam acordo de ajuda mútua entre amigos (FERNANDEZ, 2015).

Ainda que dediquem muito tempo ao trabalho, um agricultor afirma que não dá conta de fazer tudo sozinho. Segundo ele, *"um dia tem que limpar o bananal, outro dia tem que roçar uma área, tem que tirar mercadoria pra levar pra feira, cada dia é um trabalho, e não dá nem tempo de deixar tudo limpo"* (A3). À vista disso, os mutirões se apresentam como uma solução viável para contornar a dificuldade de mão de obra. *"Hoje eu não tenho condições de ter funcionário não e acho que a gente tem que continuar os mutirões por causa disso"*, defendeu outro agricultor (A2).

Há cerca de cinco anos, um pequeno grupo de produtores da comunidade resgatou a prática de mutirões semanais na lavoura, com o revezamento entre as áreas manejadas. Um deles, filho de (A3) avaliou que esses mutirões eram muito produtivos: *"Ih, nós fizemos muita coisa. Limpamos um bananal bem grande, arrumamos os caminhos, plantamos uma roça de milho"*, entre outras atividades.

No início do desenvolvimento dessa pesquisa, esses mutirões não estavam acontecendo. *"Uma coisa que aqui acabou, talvez foi culpa minha, era*

o mutirão que a gente fazia. O mutirão deu tanto sucesso que olha ai os caminhos", comentou um dos interlocutores (A3). Entretanto, em maio desse ano, aproveitando a baixa produção de banana no inverno, esses voltaram a ser realizados, com frequência semanal. O grupo é formado por quatro agricultores. Um deles trabalha no comércio há quase 15 anos, devido às dificuldades de se manter na agricultura, e está aproveitando o incentivo para retornar à lavoura. Nas palavras de um dos produtores do grupo (A2) *"pra nós, não tem caminho melhor"*, se mostrando bastante otimista com o potencial da prática.

Já os mutirões para demandas da comunidade nunca deixaram de existir. Em busca de superar desafios cotidianos, como falta de energia elétrica, dificuldade de transporte e acesso distante às escolas e aos serviços de saúde, a cooperação era única forma de sobreviver e garantir que suas necessidades básicas fossem atendidas. De acordo com Sabourin (2009), além da existência de um projeto comum, é importante que a comunidade reconheça sua capacidade de juntos realizarem o que esperam dos outros. Para um morador nascido e criado no local (A7), *"se não fosse junto, não seria possível estar aqui"*.

Apesar da existência do Parque, os moradores contam que o trabalho de manutenção das estradas e trilhas - chamadas por eles de *caminhos* - é por conta deles¹¹. Um dos interlocutores da pesquisa (A3) garantiu:

Se a gente voltar a fazer o mutirão e cair pra dentro, esquecer governo... isso é o que tem que fazer, é a união. [...] Deixa eles vim (sic.), visitar, falar, mas o mutirão tem que tá trabalhando, não dá pra ficar esperando do governo, nem coisa nenhuma. Quem faz é quem mora no lugar, o governo não faz nada não. Quer vir pra conhecer,

¹¹ Um dos moradores (A8) relembrou o caso em que foi preso por estar consertando a estrada, visto que a condição em que ela se encontrava impossibilitava o trânsito de veículos. *"Não estamos abrindo uma estrada, estamos melhorando um caminho que existe há mais de 200 anos, que a gente não tem mais como passar com o nosso burro, não dá pra deixar a mercadoria estragando [...]. Agora, eles usam a estrada pra chegar aqui"*, disse ele, evidenciando o paradoxo da situação.

ver o que você tá fazendo... você começa a fazer e aparece um monte [de gente].

Em meados de 2015, foi iniciada a construção do Museu Quilombola (Figura 6), na antiga sede do Centro Espírita Pai Tertuliano. Para tanto, foram realizados mutirões semanais, que incluíram a partilha de refeições, num ambiente descontraído e festivo, o que motiva a ajuda mútua. Os moradores ressaltaram a importância de que o trabalho seja agradável, para incentivar o envolvimento de todos. Além das contribuições materiais, esses representam uma oportunidade de encontro e, sobre isso, um agricultor (A2) declarou que *"o trabalho deve ser lento, para que as pessoas possam se encontrar bastante"*.



Figura 6: Mutirão para a construção do museu quilombola, no Quilombo Cafundá Astrogilda, Maciço da Pedra Branca. Por Sandro Santos, tirada em 20/03/2016.

De acordo com um morador local (A3), *"mutirão existia muito no barreiro [das casas de pau-a-pique], isso sempre teve. A pessoa construía e, na hora, de embarrear, juntava aquela multidão de gente"*. Nesses casos de compartilhamento de trabalho, ainda que a presença não seja obrigatória, a pressão social pressupõe a participação de todas as famílias da comunidade (SABOURIN, 2009).

De acordo com esse autor (Ibid.), o compartilhamento de esforço entre pares, parte constitutiva da sociabilidade camponesa, representa uma

estratégia para conservar princípios de solidariedade que produzem e reproduzem valores de amizade e confiança. Nutrir essa prática é importante para manter a coesão social, especialmente nas cidades, diante da concorrência com novas relações de troca, como o assalariamento. Portanto, preservar a estrutura de reciprocidade é, ao mesmo tempo, preservar um modo de produção e de vida que identifica e unifica esses sujeitos sociais na luta pela permanência em seu território.

Em função dos vínculos de parentesco e amizade presentes no território, também são comuns outras práticas associativas, por exemplo, quando um agricultor utiliza a casa do outro como depósito de seus produtos ou transporta a mercadoria de outrem até o ponto de venda. Outra situação comum, segundo um dos interlocutores da pesquisa (A9), é expressa a seguir:

Eu tenho um bananal perto do dele, às vezes ele me dá uma banana lá de baixo e ele corta lá de cima, que fica mais perto. Mas eu e ele não tem esse negócio de "tira duas caixas que eu tiro duas também". A gente não sabe nem quanto o outro cortou.

Outra circunstância refere-se ao uso da terra. É habitual observar troca de propriedades entre eles, assim como o comodato, o qual é realizado através de contratos, majoritariamente, verbais. A divisão entre uma propriedade e outra não ocorre com o uso cercas, mas sim, é estabelecida com o plantio de árvores que marcam os *rumos*¹² - e todos conhecem bem os limites dos terrenos.

Com relação à comercialização, ainda hoje, é usual que habitantes do Maciço da Pedra Branca comprem a produção dos agricultores da mesma localidade para levar às feiras, atuando como intermediários. Um dos interlocutores da pesquisa (A2) contou que:

Antigamente, existia aqui o produtor e a pessoa que comprava e vendia. O pai de X., meu pai. Vendiam pros outros, não tinha

¹² O que eles chamam de *rumos* denotam a divisão entre uma propriedade e outra, feita a partir de uma linha imaginária traçada com o plantio de árvores e outros elementos do ambiente, como rios e morros.

bananal. Não tinha muito esse negócio de feira. Quem começou negócio de feira foi a gente, "A3" e eu, mas nossos pais não era muito negócio de feira não.

Apesar desses intermediários, em geral, repassarem ao agricultor um valor pela produção abaixo dos preços de venda no mercado, ficando com a maior parte do lucro, foi essa relação que garantiu, por muito tempo, a continuidade da prática agrícola na localidade, visto que a maioria dos produtores não saía para comercializar. Um produtor local (A3) comentou sobre um desses intermediários:

Ele é um cara que era pra ser respeitadíssimo. Banana de X. do Sacarrão, quem compra é ele. Banana de Y. lá de cima, pode tá ruim ou pode tá boa, quem compra é ele. Banana de diversas pessoas aí, quem compra é ele. Você vai lá na casa dele, a estufa tá cheia. [...] Ele compra de todo mundo e merece consideração por causa disso. É guerreiro. A gente fala, o dia que ele disser assim 'parei', aqui acaba. Pode encaixotar tudo, pode comer, pode parar mesmo. De vez em quando, ele fala que vai parar, que ele quer fazer umas kitnets, mas parece que o negócio tá até soprando a nosso favor, porque as kitnets dele não dão certo.

Outro agricultor (A2) confirmou: *"ele ainda é o único que compra... o dia que ele parar, acabou".*

De acordo com Almeida (1999 *apud* ABREU, 2005), a população tradicional – que, segundo a definição sugerida pelo autor, pode incluir indígenas, pescadores, quilombolas, agricultores familiares sustentáveis, dentre outros¹³ – “deve ser capaz de criar mecanismos para participar dos mercados de produtos sustentáveis ou ecológicos, assim como, deve reivindicar políticas públicas especiais para agregar valores monetários a suas atividades ou serviços ambientais”.

¹³ Desde que possuam as quatro características mencionadas no capítulo 1 desta dissertação.

2.2 – Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (Agrovargem): fragilidades e potencialidades

No contexto de deslegitimação da permanência das famílias no Maciço da Pedra Branca, de marginalização dessa agricultura e, conseqüentemente, o aumento das dificuldades para sua reprodução, teve início o Projeto Profito (Farmanguinhos/Fiocruz e, atualmente, em parceria com a UFRRJ), em 2006. Inicialmente denominado "Plantas Medicinais no Entorno do Parque Estadual da Pedra Branca", tinha o objetivo de estimular a formação de arranjos produtivos de plantas medicinais e gerar renda a essas famílias, atuando nas vertentes: Vargem Grande, Rio da Prata (no bairro de Campo Grande) e Pau da Fome (no bairro de Jacarepaguá).

A fase inicial do projeto possibilitou a reunião de agricultores das diferentes vertentes do maciço, os quais não se viam há muito tempo. Na percepção de um dos participantes *"era um troço muito engraçado, ninguém mais se via, os agricultores, cada um tava mais escondido até dos próprios agricultores"* (A5). Logo nos primeiros encontros, as questões políticas começaram a tomar todo o tempo do curso. De acordo com um dos agricultores (A5), *"só se falava de política, ou de falta de política, né"*. Além disso, o desenvolvimento do projeto dependia do aceite formal do INEA que, apesar de manifestar-se positivamente, nunca assinou o termo de cooperação técnica apresentado. Para Fernandez & Baptista (2014), a não formalização do projeto expressa o posicionamento do INEA de não reconhecer os direitos dos agricultores, cuja ocupação do território é anterior à instituição do PEPB, tampouco seu papel para a conservação da floresta. Diante desses fatores, o projeto tomou novos rumos que desencadearam um processo de mobilização política e organização social, construindo e fortalecendo laços de sociabilidade, o que contribuiu de forma primordial para o desenvolvimento territorial.

Resultado do engajamento do grupo nas atividades do Profito, foi criada a Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (Agrovargem), em dezembro de 2007, que contava com 18 associados, segundo seu estatuto. O perfil desses associados é bastante heterogêneo, incluindo aqueles que

apresentam produção com certa relevância e outros que produzem para o autoconsumo em seus quintais (PRADO, 2012). Com relação às demandas dos produtores, foram apontadas: a dificuldade de acesso (estradas) e de inserção nos mercados, a falta de energia elétrica e de direitos, como o reconhecimento da identidade de agricultor perante o governo e a garantia de permanência no território. Um dos entrevistados relatou que eles já vinham buscando novos caminhos, pois, se continuasse da forma que estava, *"talvez hoje não tivesse ninguém pra entrevistar"* (A4).

Segundo PAIS (2009), o associativismo é um instrumento através do qual uma comunidade passa a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica, saindo do anonimato e se fortalecendo na busca por objetivos comuns. De acordo com um dos associados (A2), *"o primeiro trabalho foi sair por aí, levar a mercadoria nos eventos, mostrar pra prefeitura, mostrar pros colégios, mostrar ao público local a produção que a gente tinha aqui dentro e lutar pelo nosso reconhecimento"*. O Ministério da Agricultura define associativismo como "um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência", viabilizando as atividades econômicas dos trabalhadores (BRASIL, 2012). Além da luta pelo direito de uso da terra, no contexto de avanço da urbanização e de conflito com o Parque Estadual da Pedra Branca, a criação da associação favoreceu a aproximação dos agricultores ao manejo agroecológico e a construção de estratégias para a comercialização de seus produtos.

Em 2010, a criação de um ponto de venda de produtos orgânicos locais na Associação de Moradores de Vargem Grande representou uma conquista para a Agrovargem, visto que garantiu maior autonomia e renda aos agricultores. Quem deu início ao ponto relata que chegava a vender 90 caixas de banana por semana para intermediários e *"ganhava uma mixaria"* (A4). Para ele, a criação do ponto melhorou muito sua vida. Hoje, ele mesmo vende suas bananas - cerca de 10 a 12 caixas por semana -, e declarou que *"o que eu ganho aqui é muito melhor"* (A4).

Inicialmente, esse produtor comprava a mercadoria dos demais associados para vender no ponto. Atualmente, quatro famílias se revezam durante a semana para vender seus produtos, especialmente banana e aipim. Uma das agricultoras (A1) comentou que *"graças a Deus a gente tem uma freguesia firme, muita gente gosta do nosso produto e faz questão que seja o produto daqui. Isso aí fortaleceu muito"*. Apesar de não possuírem certificado de orgânico naquele momento, *"as pessoas já sabem que a gente não usa veneno"* garantiu essa agricultora (A1).

Contudo, além da importância atribuída por cada membro à associação não ser homogênea, não são poucos os desafios para manter e fortalecer a organização social local. Primeiramente, é difícil afirmar o número exato de associados da Agrovargem, visto que não há um procedimento formal para entrada e saída de membros. Estima-se que, hoje, a associação conte com cerca de oito membros. Enquanto algumas pessoas são bastante ativas, outras raramente participam das reuniões e processos coletivos, os quais ocorrem, em geral, para atender a demandas específicas (por exemplo, projetos ou criação de novos mercados). *"Hoje, a gente fala muito da agricultura aqui do maciço, da região de Vargem Grande, mas poucos aparecem. A gente sabe que tem muitos escondidos aí, que não dão a cara nem a pau. E foi toda vida assim, por isso nós ficamos esquecidos"*, expos um agricultor local (A2).

Essa descontinuidade na participação dos membros pode ser atribuída à uma série de fatores: uns mais evidentes, outros subjetivos, pessoais e de difícil detecção, não sendo possível apreendê-los com uma simples entrevista. Para um dos interlocutores da pesquisa (A2):

A gente não sabe se é falta de entendimento, se são coisas pessoais, falta determinados esclarecimentos. Na verdade, todo mundo trabalha, mas trabalha muito e não chega a lugar nenhum, gosta de ser individual. [...] Eu entendo que você pode ser individual mesmo fazendo parte de um grupo: você participa de um grupo que apoia o que você faz e você toca a sua vida.

Ainda que alguns membros não priorizem, em sua rotina, os trabalhos que se referem à associação, justificar a ausência como desinteresse seria alcançar apenas parte da questão, sem considerar, entretanto, a complexidade de fatores e emoções envolvidos quando se trata de relações humanas.

De acordo com Santareu & Lovo (2007), que fizeram um panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil, muitos programas e ações do governo e de organizações são assistencialistas e clientelistas, contribuindo para a inércia e desmobilização das pessoas. Um dos interlocutores (A3) explicou que se afastou do grupo porque, para ele, as principais demandas colocadas pela comunidade não estavam sendo atendidas pelo projeto:

O pessoal foi se apurrinhando. A maioria se afastou por causa do negócio da luz. A Agrovargem foi criada por três objetivos: melhorar os caminhos, luz e documento. Ah e vender erva medicinal. Como isso não foi possível, muita gente meteu o pé.

Entretanto, mais do que a oferta de benefícios imediatos, o intuito da atuação dos agentes externos era promover a organização e a autonomia dos participantes na busca por soluções para suas reivindicações, o que dependia do envolvimento dos comunitários.

Outro fator que pode influenciar na participação esporádica de alguns membros refere-se ao excesso de trabalho na roça associado à falta de mão de obra, que impossibilita a ausência daquele agricultor das atividades de manejo, criando dificuldades para o comparecimento às reuniões. Entretanto, apesar da pouca regularidade na realização de reuniões, os encontros informais são constantes, e neles surgem conversas mais densas e diversos encaminhamentos. Nas palavras de um dos agricultores da associação (A2), *"quando junta três já vira reunião, a gente chama de conversa alinhavada"*.

Um terceiro ponto diz respeito aos conflitos internos, comum a qualquer grupo de indivíduos e suscitado, geralmente, por desapontamentos e quebra de expectativas. De acordo com um dos agricultores (A3), *"eles combinam um negócio e depois mudam, por isso que eu me afastei"*. Outro interlocutor (A7),

durante uma reunião, comentou *"Alguém perguntou pra eles por que eles se afastaram? A gente não sabe e fica julgando. Talvez tenha sido um erro do grupo"*. Enquanto alguns associados mais atuantes questionam a falta de participação, que eles atribuem ao desinteresse dos demais, outros agricultores sentem-se excluídos de alguns espaços e, para eles, as informações não são repassadas de forma homogênea. Sobre esse ponto, destaca-se a importância da sensibilidade dos mediadores, os quais devem assegurar que as informações circulem, de modo a garantir a presença da maior diversidade de pessoas e evitar polarizações no grupo.

As dificuldades enfrentadas pela associação refletem em baixa rotatividade e renovação das funções de coordenação. Esse revezamento de cargos é pertinente visto que motiva, além de amizade e confiança, sentimento de pertencimento e de responsabilidade perante o grupo (SABOURIN, 2009). Ademais, com a falta de revezamento, alguns poucos ficam sobrecarregados e, por vezes, desmotivados *"porque o pessoal não tá junto"*, queixou-se um dos associados (A2). Segundo ele:

Eu tô nisso porque eu quero, eu entendo que é uma coisa boa [...] Agora, a única tristeza é a pessoa não dar um pingão de importância a toda luta que a gente tem feito. [...] Se eu vejo uma pessoa falando "ah não vou fazer isso mais não, vou sair daqui, vou vender o terreno", aí eu fico triste. Mas se eu vejo a pessoa dizendo "montei um ponto [de venda] ali, tô trabalhando, tô vendendo 10 caixas, 20 caixas, e o cara me chamou pra fazer uma feira, vou pra roça agora plantar um aipim", pô, que maravilha. Cada vez que um agricultor pensa em sair da roça, pra mim é uma tristeza. [...] A pessoa tá perdendo sua identidade e perdendo seu potencial de vida melhor. [...] Eu tinha esperança que tudo isso [as conquistas] o pessoal visse e se animasse. Eu ficaria mais feliz se eu visse o pessoal mais integrado. (A2)

Por outro lado, as interações humanas transcendem a formalidade exigida por leis ou outros mecanismos. Um dos interlocutores da pesquisa declara que o papel não é o que mais importa para eles.

A sociabilidade camponesa envolve relações como vizinhança e compadrio, práticas de ajuda mútua e ações relativas à luta pela terra. Os membros mais ativos da associação, atuam como mediadores (*brokers*) e cumprem o papel de estabelecer diálogos entre agentes externos e o grupo. Esses, contudo, nem sempre tem suas atuações legitimadas pelo coletivo e, apesar de representar o grupo, suas ações podem não representar, de fato, os interesses de todos.

Apesar da mobilização interna da comunidade consistir em um desafio, a Agrovargem apresenta importante papel político no diálogo com organizações e agentes externos, incluindo o Estado, representando também uma porta de entrada à atuação de mediadores e parceiros, os quais contribuem com suas reivindicações. A organização das ações coletivas, bem como a relação com uma rede de parceiros, têm se mostrado fundamental para o reconhecimento de suas identidades, o acesso a mercados locais e a inserção no âmbito de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

CAP. 3 - MEDIADORES E IDENTIDADES

Este capítulo apresenta as relações estabelecidas entre os mediadores e os agricultores, bem como as identidades que vêm sendo construídas, reconstruídas e afirmadas, para garantir a permanência desses em seu território. Pretende-se ainda apresentar o processo de construção de mercados locais e as reivindicações pela adequação e acesso a políticas públicas - a partir do reconhecimento de suas identidades -, bem como promover reflexões sobre o papel do Estado para a reprodução dessa agricultura.

Hoje em dia e, em especial, nas grandes cidades, os indivíduos estão fortemente conectados a uma sociedade local e global, influenciando e recebendo influências delas. Num contexto de luta para garantir a vitalidade da agricultura do Maciço da Pedra Branca e legitimar a presença de agricultoras e agricultores neste território urbano protegido, a ação de mediadores vêm dando luz às identidades para a ação política dos atores, as quais refletem estratégias que visam estreitar laços, fortalecer redes, afirmar a tradicionalidade da comunidade, acessar mercados e políticas públicas.

No passado, não era necessário legitimar essa ou aquela identidade, eram apenas João, Maria, Pedro, Ana. Não há, aqui, o intuito de classificar ou realçar uma identidade em detrimento de outra, visto que este seria um enorme erro. Pretende-se, sim, observar o modo como tais identidades vêm sendo construídas e afirmadas, na relação com agentes externos e com a emergência de conflitos territoriais. As identidades estão vivas nos modos de vida e nas memórias da comunidade e são referenciadas no território, ao passo que, se forem retirados do seu lugar, perdem parte fundamental da sua história.

De acordo com Scherer-Warren (2006, p. 122), "sem a desconstrução das discriminações introjetadas pelos dominados socialmente não há luta por direitos". Os mediadores, em diversas situações, assumem papel fundamental para a construção, afirmação e valorização da identidade dos atores locais, assim como para o resgate da sua dignidade. São comuns os casos em que o reconhecimento pelo próprio grupo nasce em resposta ao reconhecimento externo. Como defende Sabourin (2009, p. 53), a tomada de consciência, pelos membros de uma comunidade, de sua situação e de sua identidade "depende, muitas vezes, de um líder local, atuação externa ou até mesmo olhar externo", e só a partir do entendimento comum uma coletividade passa a existir.

No caso dos moradores do Maciço da Pedra Branca, observa-se a presença marcante de diversos agentes que contribuem com suas demandas, tanto com relação ao aprimoramento da produção familiar, desenvolvendo estratégias para uma convivência harmônica com o ambiente, quanto para o acesso a novos mercados e a inserção no âmbito das políticas públicas. De acordo com Santos (2006), a facilidade de acesso e proximidade com o centro urbano possibilita, nessa localidade, uma aproximação entre mediadores e trabalhadores rurais maior do que é observada em outras regiões agrícolas do país.

3.1 - Agricultor urbano: a Rede Carioca de Agricultura Urbana

A atuação do Projeto Profito no Maciço da Pedra Branca abriu portas para a chegada de outras entidades na região. Em 2010, através dos mediadores desse projeto, os agricultores aproximaram-se da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), percebendo afinidade em termos de metodologias e valores.

A Rede CAU, criada no Encontro de Agricultura e Saúde na Cidade, realizado em 2009, é um movimento social que atua em defesa da agroecologia na cidade. É formada por agricultoras e agricultores, organizações populares, pesquisadores, estudantes, universidades, entidades não governamentais e indivíduos autônomos. Sua atuação abrange bairros da Zona Oeste - como Jacarepaguá, Vargem Grande, Campo Grande, Guaratiba - e da Zona Norte - na Serra da Misericórdia. A agricultura praticada nessas localidades possui características bastante heterogêneas: roças com lavoura de mercado, quintais e hortas urbanas individuais ou comunitárias, em escolas e igrejas; cultivo em pequenos espaços para consumo próprio ou lazer; e sítios em áreas de crescente urbanização.

A Figura 7 retrata as relações presentes no território construídas pela atuação em rede desses coletivos. Essas experiências nos fazem reconhecer que há muito mais camponeses do que imaginamos ou queremos admitir (PLOEG, 2008), mesmo nas cidades e nos espaços mais urbanizados.

Enquanto conceito teórico, a dinâmica da Rede CAU se aproxima do conceito de *rede de movimento social* (SCHERER-WARREN, 2006). A autora caracteriza tal terminologia como a identificação de sujeitos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem adversários ou situações a serem combatidas e transformadas, e projetos a serem perseguidos, num contínuo processo de construção. Em termos gerais, a rede busca combater a mercantilização dos espaços urbanos e, através da agricultura urbana, construir um novo modelo de cidade.

Constatou-se que as reuniões internas da rede apresentam relevância, não apenas como espaço de discussão e tomada de decisão, mas como ambiente de mobilização, politização e fortalecimento das experiências individuais e coletivas. Como observa Comerford (1999), as reuniões celebram de forma prática a existência do grupo e sua união. Ademais, constituem espaços de valorização dos produtos da agricultura familiar agroecológica carioca, tanto na partilha de alimentos, quanto nas trocas de sementes e mudas, além de informações sobre plantio, beneficiamento da produção e outros temas de interesse comum.

A primeira reunião da Rede CAU realizada no bairro de Vargem Grande foi realizada em novembro de 2010 e contou com a participação de cerca de 50 pessoas¹⁴, entre os dois dias que durou o encontro. Segundo relato de Prado (2012), grande parte das falas convergiam para temas como a preocupação com a alimentação e a saúde, a produção de alimentos saudáveis e a divulgação da agroecologia através de suas experiências de hortas caseiras e comunitárias em espaços da cidade. Na fala de seu presidente, a Agrovargem foi apresentada como um grupo de aproximadamente nove agricultores, e foram apontados temas que se relacionam com o acesso a mercados diferenciados, a importância da agroecologia e da agricultura orgânica para garantir e sustentar tais mercados, a afirmação de seus principais produtos (banana e aipim) e, ainda, a importância do Profito para o fortalecimento do associativismo (Ibid). Ainda de acordo com esse autor, além da Agrovargem, também estava presente outra associação do maciço: a Agroprata¹⁵, situada na vertente Rio da Prata (no bairro de Campo Grande). Ambas reforçaram que a principal questão que os afetava era a permanência dos agricultores dentro do Parque Estadual da Pedra Branca (PRADO, 2012).

¹⁴ Representantes de organizações não governamentais, órgãos de assistência, secretarias municipais, universidades, associações de agricultores, grupos organizados a partir de igrejas, das pastorais, todos vindos de diversas localidades da cidade (PRADO, 2012).

¹⁵ A Associação dos Agricultores Orgânicos da Pedra Branca (Agroprata) foi criada em 2002, no contexto do projeto elaborado pela ONG Associação Projeto Roda Viva, “Desenvolvimento Sustentável na comunidade rural do Rio da Prata”, que tinha como objetivo a conversão da agricultura praticada por agricultores do Maciço da Pedra Branca, na região do Rio da Prata, em Campo Grande, para a agricultura orgânica (PRADO, 2012).

Um membro da ONG AS-PTA¹⁶ afirma que foi "graças a esta articulação em rede que a gente descobriu os agricultores do Maciço da Pedra Branca: em Vargem Grande, em Campo Grande e na Taquara" (FERNANDEZ & BAPTISTA, 2014). Quando o Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA foi inaugurado, em 1999, tinha ênfase na agricultura de quintais e no aproveitamento de pequenos espaços da cidade, buscando fortalecer vínculos de vizinhança, pertencimento e solidariedade. A partir de 2011, a ONG iniciou sua atuação com agricultura periurbana na região metropolitana do Rio de Janeiro e foi também quando começou a atuar no maciço, visando contribuir com a formação agroecológica e agroflorestal dos agricultores, com a comercialização em circuitos curtos e com a luta por direitos¹⁷.

A atuação dos mediadores, a partir de um enfoque participativo busca promover novas formas de ação coletiva, as quais potencializam mecanismos de reconhecimento social, de solidariedade, de cooperação, de confiança e de reciprocidade. Ademais, compreendendo o valor da atuação em rede, esses trabalham de modo articulado entre si e incentivam a participação dos produtores em fóruns, conselhos, redes e mobilizações de base, aproximando-os de outras experiências. Segundo Scherer-Warren (2006), essas características são fundamentais na mediação de organizações voltadas ao empoderamento de sujeitos, ou seja, no sentido de não estimular hierarquias de poder.

Através da Rede CAU, os agricultores do maciço começaram a participar do CONSEA-Rio, que tem o papel de encaminhar propostas da sociedade civil para a elaboração de políticas públicas. Esse conselho consultivo vem discutindo temas com relação à segurança alimentar e nutricional, ao cumprimento das leis para a alimentação escolar e ao zoneamento

¹⁶ Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)

¹⁷ Nesse período, tiveram destaque os seguintes projetos desenvolvidos pela ONG: *Semeando Agroecologia* (2011-2012), *Árvores na Agricultura Familiar para a Conservação da Mata Atlântica* (2014-2015) e *Projeto Alimentos Saudáveis nos Mercados Locais* (2013-2015). Com exceção do segundo, que foi apoiado pelo TFCA (Tropical Forest Conservation Act), os outros dois contaram com o apoio do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania. (AS-PTA, 2016)

apresentado no Plano Diretor do município, que não reconhece as áreas agrícolas do município. Para Scherer-Warren (2006), os conselhos merecem destaque no que se refere ao diálogo entre sociedade civil, Estado e mercados. A eleição de um agricultor da Agrovargem como presidente do CONSEA-Rio, em 2014, marcou a ampliação da discussão sobre o potencial da agricultura do município (MASELLI, 2015). Muitos agroecossistemas do Maciço da Pedra Branca, que estavam escondidos, estão se descortinando diante de novas configurações de redes, em especial a rede sociotécnica agroecológica.

3.2 - Agricultor agroecológico e/ou orgânico: a construção de feiras

Da mesma forma que os intercâmbios entre experiências tiveram enorme importância para a consolidação da Rede CAU, foram eles que proporcionaram o diálogo entre agricultores do Maciço da Pedra Branca. Segundo uma moradora de Vargem Grande (M2), *"os intercâmbios deram muita liga pro território"*. Esses encontros cumpriram o papel de dar visibilidade e fortalecer as experiências, visto que, muitas vezes, ao compartilhar sua própria experiência, os agricultores sentem-se reconhecidos e valorizados. Sobre isso, um agricultor comentou: *"Eu nunca imaginava ir em lugar nenhum, tem oportunidade melhor que essa? A gente gosta porque em cada lugar, uma pessoa conta uma história diferente, aí a pessoa se anima né"* (A9).

Viabilizadas pelos agentes que atuam na região, as visitas a experiências e a troca de saberes vêm contribuindo para o aprimoramento da produção. Essas baseiam-se na metodologia agricultor-a-agricultor, que consiste no compartilhamento de conhecimentos entre os agricultores para ajudar uns aos outros na aplicação de princípios agroecológicos em seus contextos locais. Um dos interlocutores da pesquisa (A3) relatou:

Antigamente, eu usava limpar muito a roça, deixava limpinha e escovada mesmo. Agora já não faço mais isso não. [...] Eu mudei quando nós fomos lá no Mendanha, um senhor que me falou. Acho que foi a primeira reunião da Agrovargem. [...] Quando eu fui lá

naquela Barra do Turvo, o coroa lá me ensinou que não pode deixar o toco [da bananeira] grande, porque tem o bicho da banana, ele vem e bota o ovo ali. Eu achava que o toco grande era melhor, que alimentava a muda, mas ele falou que era prejudicial pro bananal. É desse jeito que eu tô fazendo agora.

Os intercâmbios também concorreram para o despertar da identidade de agricultor agroecológico. Nas palavras de uma moradora de Vargem Grande (M2) *"isso [a agroecologia] pra mim foi a rede que deu"*. Um agricultor alegou que, apesar de produzir alimento limpo, desconhecia o termo agroecologia. Fazendo referência à visita realizada aos produtores da Cooperafloresta (Barra do Turvo/SP), ele (A3) comentou:

Agroecologia eu acho que a gente já fazia, porque tinha os bananais dentro do mato. Mas tinha diversas coisas que eu já fazia que eu não sabia o que era isso, o que significava. [...] Eles me levaram uma vez pra falar, eu não sabia nem como explicar, nem nada, porque eu ia fazendo. Aí lá na Barra do Turvo, os caras mostraram pra gente o que eles faziam lá... era o que eu já vinha fazendo há muitos e muitos anos, que era deixar as árvores grandes, não cortar, e plantar o bananal embaixo, assim.

Uma importante estratégia da agroecologia consiste na comercialização através de circuitos curtos. Segundo Darolt (2013), esses destacam-se ao aproximarem produtores e consumidores. Nesse sentido, motivada pelo fortalecimento da agricultura carioca, a Rede CAU vem mobilizando parceiros para a construção social de mercados. Para além do objetivo de gerar renda aos produtores, os mercados locais cumprem um importante papel ao dar visibilidade à agricultura que persiste no município, num contexto de disputa pela construção de representações sobre a cidade.

O ano de 2013 marcou a mobilização de diversos grupos articulados na Rede CAU¹⁸ para a formação da primeira feira do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO) localizada na Zona Oeste - até então, as feiras orgânicas do

¹⁸ Profito/Fiocruz, UFRRJ, AS-PTA, Rede Ecológica, PACS, além da ONG Capina.

circuito se concentravam na Zona Sul e Tijuca e comportam, em sua maioria, agricultores da região serrana do Estado do RJ. Para tanto, os agricultores da Zona Oeste e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro se reuniam, semanalmente, para discutir sobre temas como economia solidária, formação de preços e estatuto de feiras, além de realizarem visitas a outras feiras orgânicas (FERNANDEZ & BAPTISTA, 2014).

Impulsionados pela necessidade de certificação orgânica para os produtores da feira, tais encontros resultaram na formação do grupo do Sistema Participativo de Garantia (SPG) da Rede CAU. Esse grupo, certificado pela ABIO¹⁹, é pioneiro na certificação de quintais urbanos produtivos e conta com a participação de agricultores da Agrovargem, dentre outros grupos de agricultores urbanos, e com a assessoria da AS-PTA - a qual é financiada pelos projetos da ONG. Para alguns produtores, além de possibilitar o acesso a mercados orgânicos, o certificado ratifica a condição de agricultor, contribuindo com a luta pelo direito de permanência no território.

Em agosto de 2013 foi inaugurada a Feira Agroecológica da Freguesia (FAFRE), com características bastante distintas às demais feiras do CCFO. Para além da geração de renda, ela representa um importante espaço de afirmação e de visibilidade da agricultura carioca. Um dos produtores dessa feira lembra que *"há um tempo atrás não tínhamos nada, hoje temos uma feira na rua"* (A5).

Ao longo de seus quase três anos de existência, a feira enfrentou inúmeros desafios para permanecer na rua, especialmente no que se refere à sazonalidade das vendas. Como resposta a essa dificuldade, foi criada a Cesta Verde, cujos itens seriam fornecidos por esses produtores. A cesta consistiu na entrega de produtos da agricultura familiar, mediante encomenda antecipada, aos consumidores de Vargem Grande. Inicialmente com frequência quinzenal e, depois, mensal, essa iniciativa teve duração de aproximadamente um ano. De acordo com uma das organizadoras da cesta, devido à defasagem entre os

¹⁹ ABIO: Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro.

produtos encomendados e aqueles que eram entregues, dentre outros fatores, as entregas tiveram fim em 2015. Apesar das dificuldades, ela comenta que foi possível constatar a existência de demanda por produtos orgânicos no bairro.

Além de contribuir para o fortalecimento da FAFRE, a cesta surgiu no contexto de mobilização para a criação de uma feira local em Vargem Grande. De acordo com uma moradora de Vargem Grande que participou da cesta verde e da formação da feira local, *"a cesta verde não era pra sempre, era pra ser uma transição [para a feira de Vargem Grande]"* (M2). Assim, ela tinha os objetivos de organizar a demanda existente no bairro por produtos frescos e agroecológicos e, ainda, mobilizar os agricultores locais para atender a essa demanda. A formação de uma feira no bairro de Vargem Grande é *"um sonho antigo"* (A2), inclusive, anterior à criação da FAFRE. Um agricultor do maciço comentou que já vinham falando dessa feira uns quatro anos antes dela ir pra rua.

Ainda como parte da preparação para a feira local, foram realizadas feiras culturais em eventos locais, como Dia de Zumbi e da Consciência Negra, em 2014 e 2015, e o dia do Tira Caqui, em abril de 2015. O Tira Caqui surgiu em 2011 como iniciativa dos agricultores do maciço junto à equipe do Profito²⁰. Realizado no dia 21 de abril, no feriado de Tiradentes, dedica-se à colheita solidária do caqui, de modo a demonstrar a vitalidade da agricultura na cidade do Rio de Janeiro, bem como suprir a falta de mão de obra, especialmente na colheita, e o consequente desperdício dessa fruta. A título de exemplo, em 2014, foram colhidas 120 caixas da fruta.

Ainda que a ideia da feira tenha surgido da Agrovargem, a intenção era incluir também aqueles agricultores não associados, como se percebe na fala de um dos associados que afirma *"é uma iniciativa dos produtores agroecológicos de Vargem Grande"* (A5). Entretanto, na organização da feira, a

²⁰ No 2º ano de sua realização, o evento passou a ser organizado pela Rede CAU e a contar com o apoio de outros parceiros. Desde então, o local de sua realização é alternado, a cada ano, entre as vertentes de Vargem Grande e Rio da Prata (no bairro de Campo Grande), no Maciço da Pedra Branca.

participação dos agricultores locais foi reduzida. O processo, então, foi liderado por agricultores e agricultores da Agrovargem e contou com o apoio da Rede CAU, de agricultores que comercializam na FAFRE e de consumidores do bairro, organizados através da Rede Ecológica²¹.

Fruto dessa mobilização, a Feira da Roça de Vargem Grande foi pra rua em março de 2016. *"Esse povo na rua, nunca isso tinha acontecido antes na história"*, expôs (M2) uma das organizadoras e moradora do bairro. Ela comentou que a divulgação da inauguração foi virtual e que, paralelamente, houve a necessidade de muita conversa com os agricultores: *"aí o milagre aconteceu, a ligadura pra comunidade descer do morro... 'bota erva, bota mato, bota jaca, bota o que tem, bota na rua essa feira'... foi muito gratificante ver aquele povo, alguns que não desciam há muito tempo"* (M2).

Além do objetivo de gerar renda, a feira visava construir um espaço de valorização de pessoas, relações, histórias e cultura, e de fortalecimento e reconhecimento da agricultura tradicional local. Nesse sentido, a comunidade local delineou um modelo de feira que incorporasse a agricultura orgânica, o artesanato e a cultura popular:

Queremos uma feira: que faça sentido para todos e todas, que não seja excludente, que incorpore e fortaleça toda a diversidade existente no maciço, com toda a sua potência intrínseca; que sirva como um instrumento de empoderamento e de visibilidade daqueles que sempre resistiram nas margens e que têm tanto a nos ensinar; que sirva como espaço de conscientização, de troca de saberes, e que atraia um tipo de consumidor que esteja comprometido com o todo; que expresse esse ser coletivo que se constitui desde os

²¹ A Rede Ecológica é uma associação de consumidores de produtos orgânicos do município Rio de Janeiro. Foi criada em 2001 com o intuito de facilitar o acesso a alimentos orgânicos e, ao mesmo tempo, colaborar com o escoamento da produção de pequenos produtores. Segundo Carneiro (2012), a compra é realizada de forma coletiva e seus associados são engajados a luta na esfera pública por temas referentes à alimentação e à agricultura familiar, o que evidencia seu caráter político.

produtores até os consumidores; que contribua para a preservação da tradicionalidade local.²²

Outrossim, esta constituiu um espaço de sociabilidade e comunicação entre os agricultores e agricultoras, por exemplo, para divulgar eventos e agendar reuniões. Uma moradora e comunicadora do bairro relatou que essa comunicação já deu resultados, se referindo a uma reunião que foi divulgada na feira *"pelo menos duas pessoas que estavam ali hoje, nunca estiveram em nenhuma reunião"* (M2).

No entanto, existem algumas dificuldades que podem comprometer a continuidade dessa feira, especialmente no que tange à diversificação da produção, bem como a quantidade e regularidade no fornecimento de produtos. Na percepção de um dos produtores, *"temos bastante mercados, mas não tem produto"* (A2). Ele atribui esse desafio à percepção dos agricultores:

Aqui o entendimento é levar 30 caixas de banana e vender numa feira de orgânico, num vende [...]. Só se você levar uma caixa de quiabo, aipim, chuchu, banana, laranja, aí você vai vender até mais que 30 caixas. (A2)

Sobre isso, alguns dos interlocutores alegaram que o problema é que as pessoas se preocupam mais com a produção do que com a venda. Foi possível observar que a maioria dos agricultores produz banana e, por outro lado, há escassez de outros itens, a exemplo das hortaliças. Contudo, há no maciço diversos produtos, como frutas nativas e plantas alimentícias não convencionais, os quais não são comercializados, mas poderiam contribuir com a renda familiar. Por outro lado, muitas vezes o agricultor não possui produtos suficientes para manter uma barraca na feira. Nesse sentido, a feira pode ser estratégica ao promover a valorização da cultura alimentar local e a variedade da oferta. Para incentivar o aumento da produção, em termos de quantidade e

²² Retirado do documento apresentado no dia 6 de março de 2016 à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES), solicitando a autorização para a inauguração da Feira da Roça, Agroecologia e Cultural de Vargem Grande.

variedade, um dos interlocutores dá a pista: *"a feira dali é boa pra caramba, mas seria melhor ainda se o pessoal fizesse mutirão e tivesse mais produto"*.

A Feira da Roça de Vargem Grande pode contribuir para garantir a vitalidade da agricultura que persiste no Maciço da Pedra Branca. Nas palavras de um agricultor: *"nós somos nascidos e criados dentro da agricultura, mas não com essa oportunidade boa que tem aí, nunca tinha ouvido falar em feira orgânica, agroecológica"* (A2). Além da valorização da produção local e agroecológica vinda da agricultura familiar, favorece o resgate da tradição agrícola dessa localidade, incentivando também a participação de outros produtores. Ademais, a venda dos produtos em mercados locais diminui os custos do deslocamento até o ponto de venda. *"Foi ali, vendeu, rapidinho você tá em casa"*, comentou um dos agricultores (A3). Ao aproximar produtores e consumidores, além de valorizar economicamente a produção uma vez que o intermediário é eliminado, as feiras cumprem um importante papel ao dar visibilidade a essa prática e seus atores e, assim, legitimar a atividade agrícola do município.

3.3 - Agricultor familiar: a licença de produtor e a DAP

De acordo com Schmitt & Grisa (2013), nas últimas décadas, foram construídos diversos dispositivos jurídicos e políticas públicas voltados ao fortalecimento da agricultura familiar, especialmente a partir de meados da década de 1990 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). As autoras afirmam que, sobretudo a partir de 2003 com o Governo Lula, teve início novo ciclo de formulação e implementação de políticas direcionadas aos agricultores familiares, com destaque à estruturação de mecanismos de suporte à comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros.

Nesse sentido, paralelamente, aos esforços empenhados para a construção de mercados agroecológicos, a relação com os parceiros da Rede CAU ofereceu possibilidades para a retomada da luta pela obtenção da DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf. A DAP é uma ferramenta que identifica os agricultores familiares perante o governo e, desse modo, viabiliza o acesso a linhas de crédito, políticas públicas e mercados de compra institucionais – PAA e PNAE. Entretanto, parte substantiva dos produtores com direito a este documento não o detém por uma série de problemas estruturais e por inadequação dos critérios da lei que o criou. O Censo Agropecuário (IBGE, 2006) apontou a existência de 790 agricultores familiares no município do Rio de Janeiro, sendo que nenhum deles possuía a declaração, até o ano de 2012, evidenciando a dificuldade de fazer valer seus direitos.

É válido destacar que a carência de dados sobre a agricultura local corrobora para a inexistência de políticas e aparato institucional que dê suporte a essa atividade, afinal, para formular políticas públicas, *"precisam saber que a gente existe"*, afirmou uma interlocutora da pesquisa (M5). Segundo Bourdieu (1989, p.112), as classificações e representações podem "contribuir para produzir aquilo por elas descrito ou designado". Então, na "luta por fazer ver e fazer crer" (Ibid.) o território da agricultura carioca, emerge a identidade de agricultor familiar.

Alguns agricultores relatam terem empenhado esforços para adquirir a DAP, sem sucesso. Nessas tentativas, o direito lhes era negado, mas as justificativas não eram claras e, assim, eles não entendiam o porquê, tampouco recebiam orientações sobre como proceder para obter o documento ao qual tinham direito. Para técnicos e pesquisadores que atuam na região, a dificuldade de acesso a esse documento, bem como a ausência do órgão estadual de assistência técnica no território, além de ampliar os impedimentos para a reprodução social dessas famílias, reflete o empenho do Estado em negar e marginalizar a agricultura familiar do município. Um dos agricultores afirmou que *"a gente não sabia o que era EMATER, nem a EMATER sabia o que era a gente, e até hoje ainda sabe pouco"* (A5).

Observando a história desses agricultores, foi possível perceber que a insistência em desmobilizar esses agricultores não é recente. Os obstáculos observados no contexto da DAP aproximam-se, em grande medida, aos impedimentos com relação à emissão da licença de produtor, necessária para comercializar nas feiras livres. De acordo com um dos interlocutores da pesquisa, *"a gente suava pra conseguir a licença de produtor e não conseguia; só se fosse de atravessador"* (A2), referindo-se às burocracias para obter tal licença, associada à falta de orientação pelos órgãos responsáveis. Para manter a comercialização na feira, eles eram impelidos a substituir sua licença de produtor pela de atravessador.

O único agricultor do maciço que possui, hoje, a licença de produtor listou uma série de obstáculos que teve de enfrentar para renová-la: *"Eles insistiram em tomar ela. Queria que eu tivesse atestado de produtor, documento do sítio com não sei o que lá. [...] Um montão de gente tirou a de atravessador por causa disso, não conseguiu renovar, mas eu consegui"* (A3). Em termos práticos, a licença de produtor dá direito a duas barracas na feira e a isenção do pagamento da taxa trimestral.

No entanto, para além desses fatores, a negação do documento que afirma a identidade do produtor e a origem do produto pode ser vista como uma estratégia para desvalorizar a atividade agrícola e deteriorar a identidade do produtor rural. Para um agricultor que tirou a licença de atravessador quando a sua de produtor foi cancelada *"você não tinha a consciência que, sendo agricultor e tirando a licença de atravessador, você tava tirando a documentação do que você é, sua identidade"* (A2). Perguntando sobre as diferenças entre as modalidades de licenças, um agricultor respondeu que:

Nessa época agora, eu acho que a de produtor tem muito mais valor né, porque de atravessador qualquer um pode tirar. Você vai lá, pede a licença de atravessador e no outro dia você consegue. [...] Acho que os documentos que a gente tem ajuda a valorizar essa luta que a gente tem aqui, né. (A3)

Diante disso, os interlocutores da pesquisa consideram maliciosa a postura do Estado e responsabilizam-no, em certa medida, pela marginalização e o enfraquecimento da agricultura carioca que existe e resiste no território.

A discussão com relação à DAP surgiu no âmbito do Profito, a partir de uma demanda dos próprios produtores pelo seu reconhecimento enquanto agricultores familiares perante o governo. Em 2011, esse processo foi fortalecido com o início do Mutirão Pró-DAP, que além da equipe do Profito, contou com a participação da AS-PTA e da Rede Ecológica. De acordo com uma mediadora que atua no local, essa iniciativa favoreceu o pertencimento dos agricultores à Rede CAU, a qual assumiu essa frente de mobilização, articulando também outros grupos, organizações e pessoas ao longo do caminho.

A iniciativa tinha o propósito de orientar os agricultores sobre o acesso à DAP, de modo a fazer valer esse direito. Pretendia, inicialmente, entender os reais motivos para a negação do documento, ou seja, quais critérios²³ não estavam sendo cumpridos. Dentre as estratégias traçadas, o plano de ação envolveu um breve diagnóstico da propriedade de sete agricultores que produzem alimentos no Maciço da Pedra Branca. Na ocasião, foram levantadas informações sobre produção e renda, as quais poderiam enquadrá-los nos critérios de emissão da DAP.

As dificuldades para esses agricultores obterem tal documento foram agravadas por se considerar o solo do Rio de Janeiro exclusivamente urbano pelo Plano Diretor do município²⁴. Esse argumento, utilizado pelo órgão de assistência técnica e extensão rural (EMATER-RJ), amparava-se no capítulo 10 do Manual do Crédito Rural (BCB, 2014), o qual determina que o financiamento da produção agrícola através do Pronaf é destinado a imóveis

²³ A Lei nº 11.326 (BRASIL, 2006) definiu quatro critérios que o agricultor deve cumprir para ser categorizado como familiar: (1) possuir área de até quatro módulos fiscais; (2) possuir gestão estritamente familiar; (3) ter como principal fonte de renda as atividades da exploração da propriedade; (4) possuir renda bruta anual de até R\$ 360 mil. Tais critérios são consolidados pela Portaria nº 26 (MDA, 2014b).

²⁴ Vide capítulo 1.

em área rural, logo, imóveis em área urbana não teriam direito ao crédito. Contudo, como já explicitado, a DAP não é direcionada exclusivamente a operações de crédito rural (a exemplo dos programas de compra institucional de alimentos). O artigo quatro da Portaria nº 21 (MDA, 2014a), que estabelece as condições e procedimentos gerais para a emissão de DAP, classifica uma Unidade Familiar de Produção Rural: "I.e)[...] não importando se a localização se dá em ambiente geográfico estritamente rural ou urbano". Essa informação comprova que o fato de ter a produção localizada em área urbana não limita o acesso ao documento.

O resultado dos diagnósticos concluiu que, com exceção de problemas de documentação da titularidade da terra de alguns agricultores, os demais critérios para concessão da declaração eram atendidos por todos os sete agricultores. Destarte, em 27 de Junho de 2012, a primeira DAP para um agricultor do município foi emitida. *"O telefone tocou, 'temos a primeira DAP da cidade'... foi uma celebração, porque era muita luta"*, lembrou uma moradora de Vargem Grande que atuava na equipe do Profito (M2). Essa atuação em rede proporcionou, entre 2013 e 2014, a emissão de outras quatro declarações a agricultores do Maciço da Pedra Branca, associados a Agrovargem ou Agroprata.

Além de representar o reconhecimento da agricultura familiar existente no maciço, a aquisição desse documento viabilizou, no mesmo ano, a comercialização através do PNAE a uma escola estadual do bairro que, simbolicamente, foi uma escola rural no passado. O diálogo com o diretor dessa escola teve fundamental importância nesse processo e a concretização da venda deu sentido ao documento. Segundo esse professor, *"aqui tem agricultura e a gente está provando isso"*. Porém, para alguns agricultores, a venda para merenda escolar não é interessante, pelo excesso de burocracias. Além disso, um deles comentou que não vale a pena, porque *"você tá vendo aí [a roça], tem abóbora plantada, o caqui já acabou... daqui a uns dias, acaba tudo e vem a chamada pública, ou seja, você começa a vender quando você já não tem nada"* (A3).

O conflito em torno da emissão da DAP voltou a agravar-se no início de 2015, decorrente do desaparecimento, sem justificativas, da DAP de um desses agricultores²⁵. O caso específico dos agricultores do Maciço da Pedra Branca é emblemático, pois, além de estarem inseridos em área urbana, também são afetados pela legislação do Parque. E, apesar de não haver uma limitação legal, até então, não havia também um consenso sobre o acesso a DAP no caso de propriedades inseridas em área de proteção integral.

No contexto dos questionamentos com relação ao sumiço da DAP do agricultor, em Junho de 2015, uma extensionista da EMATER-RJ indagou, por e-mail, ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) se seria permitida a concessão do documento a agricultores cujas propriedades estão localizadas no interior do PEPB. A pergunta realizada dava a entender que esses produtores estavam explorando a área de maneira ilegal e que sua permanência representava um ponto de conflito com o Parque, resumindo-se em "Estando os agricultores localizados dentro da área do Parque e por ser uma Unidade de Conservação Permanente, que só prevê pesquisa e visitação, podemos emitir DAP para atividade agrícola?"²⁶. Diante de tais alegações, que sugerem a ilegalidade da presença dos habitantes em seu território, transformado em Parque, a Secretaria da Agricultura Familiar do MDA negou a possibilidade de emissão da DAP a esses agricultores, citando a Lei nº 9.605 (BRASIL, 1998), que prevê sanções penais e administrativas a atividades lesivas ao meio ambiente e sugerindo, inclusive, que o órgão de assistência técnica também poderia ser punido ao emitir as DAPs, por estar facilitando a execução das infrações. Entretanto, de modo pouco claro e, até mesmo, contraditório, na mesma época, a Emater-Rio concedeu quase dez DAPs para quilombolas residentes no PEPB, alguns dos quais também membros da Agrovargem.

²⁵ É válido observar que o documento não consta como inativo, como sugere a lei para casos de cancelamento da DAP, mas, de fato, o número da sua declaração não pôde ser encontrado no sistema a partir dessa data. Esse agricultor teve uma proposta de venda para o PNAE aprovada no ano anterior.

²⁶ Retirado da troca de e-mails.

Ao longo do ano de 2015, foram realizadas uma série de reuniões (Figura 8) e eventos em torno do tema, pressionando o MDA para que respondesse sobre o desaparecimento do documento e, simultaneamente, formalizasse o direito de acesso à DAP aos agricultores residentes em área de proteção integral. Nesse processo, teve destaque o empenho de representantes da AS-PTA, do Profito/Fiocruz, da UFRRJ e do Consea-Rio.



Figura 8: Reunião realizada na vertente Vargem Grande do Maciço da Pedra Branca, com a presença do delegado do MDA, José Octávio Fernandes, em 21/08/2015.

Esses parceiros defendiam o direito dos agricultores do PEPB com base em alguns dispositivos legais. Em primeiro lugar, citavam a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Naturezas (SNUC), que no parágrafo 2º do artigo 42 destaca:

Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes

com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações (BRASIL. Lei nº 9.985, 2000).

Também, o artigo 1 da Lei Estadual nº 2.393 (RIO DE JANEIRO, 1995) decretou que:

Fica o Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, autorizado a assegurar às populações nativas residentes há mais de 50 (cinquenta) anos em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro, o direito real de uso das áreas ocupadas, desde que dependam, para sua subsistência, direta e prioritariamente dos ecossistemas locais, preservados os atributos essenciais de tais ecossistemas e cumpridas as exigências previstas na presente Lei.

Durante o I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU), realizado no município do Rio de Janeiro, em Outubro de 2015, foi realizado um seminário intitulado "A Maior Floresta Urbana da América Latina está no Rio de Janeiro: quem está cuidando, as leis ou os agricultores?", que se propunha a discutir sobre os direitos desses agricultores, com foco na questão da DAP. O seminário foi organizado pela Rede CAU e a mesa debatedora composta por duas professoras da UFRRJ, das áreas de Sociologia e Direito Ambiental, por um agricultor da Agrovargem e pelo delegado do MDA. Além desse espaço, um representante do MDA foi convidado para a mesa redonda sobre políticas públicas no ENAU. Ao fim do debate sobre políticas públicas, a Rede CAU realizou um ato denunciando o desaparecimento da DAP do agricultor carioca e cobrando maior empenho do Ministério para dar explicações e solucionar tal questão (Figuras 9 e 10).



Figura 9: Reivindicação pela DAP durante o I ENAU. (arquivo pessoal)



Figura 10: Reivindicação pela DAP durante o I ENAU, com a presença do representante do MDA, Manuel Bonduk. (arquivo pessoal)

Diante das evidências apresentadas pelos mediadores e do empenho dessa rede, em Dezembro de 2015, o MDA apresentou uma nota técnica sobre a emissão da DAP para agricultores familiares do PEPB. Essa nota determinou

que o direito desses agricultores ao documento amparava-se tanto na legislação federal quanto na estadual, concluindo que "é o acesso às políticas públicas que vai garantir o manejo sustentável da área e não a mera exclusão dos agricultores como beneficiários ou a sua criminalização, que tendem a reduzir a possibilidade de ação do Estado na área" (MDA, 2015). Em maio de 2016, foi encaminhado um memorando formalizando o direito dos agricultores familiares do maciço acessarem a declaração, como indica o texto:

Considerando a inexistência de impedimentos para que seja concedida a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) aos agricultores residentes do Parque Estadual da Pedra Branca, informa-se que, após análise da Consultoria Jurídica desse Ministério, a emissão de DAP foi autorizada para os ocupantes da área (MDA, 2016).

Essa autorização foi celebrada, inclusive, como possibilidade para a emissão da DAP a agricultores residentes em área de proteção integral em outras regiões do país. No contexto de negação e invisibilização da agricultura carioca, tal documento representou não somente a possibilidade de acessar mercados institucionais, mas, principalmente, corroborou para a afirmação da identidade de agricultor familiar, o reconhecimento da prática agrícola local e do direito de permanência em seu território. De acordo com uma das interlocutoras da pesquisa, *"a gente queria ter um documento, uma identidade de agricultor, pra ter a garantia do sítio"* (A1).

Por outro lado, apesar de representar uma conquista derivada das reivindicações coletivas, as dificuldades de acesso a políticas públicas ainda são inúmeras. O primeiro agricultor a obter a DAP no município comentou que:

A DAP, eu não sei pra que serve não, porque até hoje eu não consegui entender. Um exemplo, financiamento: existe cota, mas eu nunca consegui fazer isso, fui no Banco do Brasil e nunca consegui. [...] Os caras dizem que é melhor pra aposentar, vamos ver se um dia vai valer. Por enquanto não tá valendo nada não. (A3)

Em consulta realizada em Dezembro de 2016 ao site do MDA, constavam 80 DAPs ativas no município, sendo 54 para pescadores artesanais, 8 para quilombolas e 18 para agricultores familiares²⁷. O declínio da agricultura no Maciço da Pedra Branca é, ao mesmo tempo, causa e efeito da ausência do Estado, em outras palavras, da falta de assistência técnica, acesso a linhas de crédito e políticas públicas. Nas palavras de um agricultor do maciço, *"fomos ficando esquecidos por falta de dados, esse documento nos ajuda a provar que existimos"*.

Cabe ainda mencionar uma recente conquista do grupo no que se refere a valorização do território da agricultura carioca: a banana agroecológica de Vargem Grande foi vencedora do prêmio Maravilhas Gastronômicas do Estado do Rio de Janeiro (2015), na categoria Terra.

3.4 - Quilombolas: os parceiros do Parque

Com a criação do PEPB, a legitimidade da presença dos agricultores familiares em seu território foi, diversas vezes, questionada. Por outro lado, a politização desses, decorrente em grande medida da atuação de parceiros ligados à Universidades e ONGs, vem contribuindo para produzir evidências que comprovem os direitos territoriais dessas famílias.

Durante uma reunião que se propunha a articular os grupos pelo direito à moradia, realizada em Março de 2013, na comunidade Cafundá Astrogilda, tiveram destaque falas e depoimentos que faziam referência à tradicionalidade da comunidade. Esses depoimentos demonstraram a antecendência da ocupação dessas famílias, cujos antepassados, há centenas de anos, habitam o local transformado em unidade de conservação de proteção integral.

²⁷ Cabe destacar que metade das DAPs para agricultores familiares foram emitidas entre agosto e novembro de 2016, ou seja, até a data em que realizou-se a pesquisa em campo, haviam apenas 9 DAPs para agricultores familiares.

Um dos moradores mais antigos do maciço comentou sobre seus antepassados escravos, dando luz à sua tradicionalidade quilombola. O auto reconhecimento da condição quilombola constitui o primeiro passo para a certificação. Então, a partir daí, as lideranças locais iniciaram a busca pela formalização do quilombo, que contou com o apoio do Instituto Panela de Barro²⁸.

Em agosto de 2014, a comunidade Cafundá Astrogilda recebeu a certificação pela Fundação Palmares, como comunidade quilombola, juntamente com outra comunidade do Maciço da Pedra Branca, no Alto do Camorim²⁹ (Figura 11). Na página do quilombo nas redes sociais, esse reconhecimento é celebrado como "resultado da luta dos movimentos sociais presentes, uma conquista trabalhada por muitas mãos, uma verdadeira rede de instituições, amigos e parentela que batalhou e lutou junto por esse reconhecimento histórico" (QUILOMBO, 2016).

Uma moradora do Camorim e liderança nos movimentos de luta por moradia afirmou que a certificação veio graças à mobilização, parcerias e trabalho em rede, citando o exemplo de outra comunidade que não foi reconhecida, segundo ela, por falta de união interna. Esse reconhecimento representou uma importante conquista na luta dessas famílias pela permanência no território do PEPB e afirmação da sua tradicionalidade (FERNANDEZ & BAPTISTA, 2014). Para um morador do quilombo, *"se não fossem os parceiros, não sei se a comunidade teria conseguido"* (A7).

²⁸ A atuação do Instituto Panela de Barro tem o objetivo de "contribuir como mais um "braço" às instâncias e órgãos governamentais, para facilitação da aplicabilidade dos direitos e garantias fundamentais dos afrodescendentes, notavelmente às comunidades tradicionais negras e remanescentes de quilombo e indígenas" (PANELA DE BARRO, 2016).

²⁹ O processo de mobilização da comunidade do Alto Camorim pelo reconhecimento quilombola teve início em 2005. A certificação foi conquistada apenas 10 anos depois, junto com Cafundá Astrogilda.



Figura 11: Celebração da certificação da Comunidade Remanescente do Quilombo Cafundá Astrogilda, em agosto de 2014. Fonte: QUILOMBO, 2016.

Antes disso, estimulados pelo Profito, os agricultores da Agrovargem buscaram sua representação no Conselho Consultivo do PEPB, organizado em 2009, o qual deve reconhecer a participação dos povos e comunidades tradicionais afetados pela criação das Unidades de Conservação. De acordo com uma associada, *"a gente construiu a voz popular dentro do conselho, porque o discurso preponderante era o discurso legalista, preservacionista"* (M2). Como resultado do trabalho no conselho, foi criada a Câmara Técnica (CT) de Agroecologia e Comunidades Tradicionais. As Câmaras Técnicas constituem uma ferramenta para organizar o trabalho do Conselho, permitindo separar os assuntos de acordo com o interesse e a experiência dos conselheiros, assim como mediar conflitos e agilizar o atendimento às demandas (BRASIL, 2014). Para um morador do quilombo, *"o que o parque tá fazendo hoje não é porque eles são bonzinhos, é porque tá na lei, eles estão aos poucos se adequando"* (A7).

A primeira reunião da CT aconteceu em novembro de 2015 e contou com a participação de mais de 40 pessoas, sendo metade agricultores, agricultoras

e/ou quilombolas do maciço e o restante composto por técnicos, gestores e moradores locais. Nas reuniões (Figura 12), os pontos citados como prioritários para a atuação da CT referiram-se, principalmente, ao reconhecimento da agricultura como atividade tradicional, de modo a garantir os direitos dos agricultores e agricultoras, os quais devem ser reconhecidos como agentes responsáveis pela preservação local. Para tanto, foi proposta a elaboração de um termo de compromisso - instrumento que reconhece juridicamente as atividades agrícolas e culturais das populações tradicionais que residem em UC.



Figura 12: 2ª reunião da CT Agroecologia e Comunidades Tradicionais, na Associação de Moradores de Vargem Grande, realizada em Janeiro de 2016.

Foi consenso também a necessidade de revisão do Plano de Manejo do PEPB vigente. Dentre as alterações necessárias, os interlocutores questionaram o fato de não terem sido sequer demarcadas as áreas agrícolas, os sítios arqueológicos e as moradas. Outra alteração demandada referiu-se à demarcação de zonas antropológicas e culturais, de modo a evidenciar direitos e deveres que devem ser respeitados por moradores, gestores e visitantes do parque, além de conciliar as atividades de uso público com o interesse dos agricultores.

Um dos moradores avaliou que o plano foi entregue às pressas, porque *"todo mundo já tava dizendo que, se não tinha um plano de manejo, não era unidade de conservação"* (A7). Para outra interlocutora da pesquisa (M2), o processo de elaboração do plano foi legítimo, no entanto, o documento apresentado foi feito à revelia, desconsiderando a voz da comunidade.

Em uma reportagem do Jornal O Globo (ALENCAR, 2013), o antigo secretário municipal do Meio Ambiente Carlos Alberto Muniz declarou-se favorável a erradicação das bananeiras das encostas da Pedra Branca, afirmando que *"nada justifica a produção agrícola em parques. [...] É mais importante para a cidade desenvolver aquele ecossistema do que manter ali uma invasão"* e, assim, marginalizando esses sujeitos. Sobre isso um dos interlocutores da pesquisa comentou *"até outro dia a discussão é que a gente era invasor"* (A2).

Hoje em dia, o quilombo recebe visitas de escolas e de grupos diversos, com o objetivo de valorizar a tradicionalidade local e serem, eles mesmos, os contadores de sua própria história. O roteiro que vem sendo desenvolvido pelos moradores locais integrou, recentemente, a formação de guarda-parques organizada pelo INEA (Figuras 13 e 14).



Figura 13: Moradores do Quilombo Cafundá Astrogilda, contando sua própria história. (arquivo pessoal)



Figura 14: Trilha guiada por moradores da vertente Vargem Grande do Maciço da Pedra Branca. (arquivo pessoal)

Nos últimos anos, o poder público vem modificando seu posicionamento com relação aos habitantes do maciço. Em Julho de 2016, foi inaugurada uma cancela que limita a entrada de visitantes na área dos moradores, juntamente com uma placa que reconhece o quilombo, instituindo a gestão compartilhada do Parque entre os moradores e o INEA (Figura 15). Na ocasião, o atual Secretário Municipal do Meio Ambiente, André Corrêa, afirmou que, assim que o plano de manejo for revisado, os agricultores e quilombolas residentes no Parque não constarão como "área de conflito" - como no plano vigente -, mas sim como "área de amizade", reconhecendo o papel desses como conservadores do ambiente, cuidadores e plantadores do parque (Figura 16).



Figura 15: Placa que reconhece oficialmente a Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda. Tirada em 08/07/2016.



Figura 16: Visita do Secretário Municipal do Meio Ambiente, André Corrêa, ao Quilombo Cafundá Astrogilda. Tirada em 08/07/2016.

Para um dos interlocutores, a postura dos agentes do Estado com relação aos moradores melhorou como resultado da maior tomada de consciência da comunidade. Ele comentou que:

Quando você vai lá naquela condição de coitadinho, é de um jeito. Mas se você vai lá 'tô precisando não, isso aqui é meu e é o teu trabalho fazer isso, quando é que tu vai fazer?' é diferente. Ninguém tá te dando nada, é um direito seu. Então, quando você começa a mudar, muda lá também. Um cobrando é uma coisa. Cinco, seis, dez cobrando, falando na internet, criticando que eles não trabalham [...]. Por isso é importante a gente ir nas reuniões, porque juntos conseguimos questionar um monte de coisas, ir atrás dos nossos direitos. É importante a gente estar junto. (A7)

Nesse sentido, um dos interlocutores comentou: "Quando eu comecei a andar, eu sinceramente não entendia nada e também não achava qual explosão que seria. [...] Eu não moro mais longe, já morei longe, agora eu moro perto" (A2). A parceria com universidades e com outras entidades e grupos, além da participação na Rede Carioca de Agricultura Urbana, favoreceram a

tomada de consciência, por parte dos moradores locais, da magnitude de sua cultura, tradicionalidade e história. Esses parceiros vêm cumprindo um papel primordial para a politização dos atores. Segundo um agricultor nascido no local, *"a gente não tinha consciência da força que a gente tinha, dos direitos que a gente tinha... a gente era bobo pra caramba"* (A8). Hoje, mais empoderados, já conhecem seus direitos e, juntos, têm mais força para reivindicá-los e garantir sua reprodução social.

No caminho da construção de uma sociedade inclusiva e democrática, os sentimentos de solidariedade e reciprocidade promovidos pela atuação em rede têm o poder de transformar uma questão individual em uma luta coletiva. Em uma reunião, um agricultor avaliou que *"quando as pessoas se dispõem a sair de todos os cantos e se juntar por uma demanda de um local, porque sabemos que é importante, já é uma parte do como"*.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ameaças da urbanização – voltadas aos interesses de empreiteiras e grandes empresários, sem a preocupação com a população e o meio ambiente -, a inexistência de um planejamento que reconheça as áreas agrícolas do município, as incertezas quanto à posse de terra, as severas restrições impostas pela legislação ambiental à agricultura, bem como a falta de assistência técnica, políticas e ações direcionadas ao território expressam um posicionamento recorrente do Estado que pretende marginalizar a prática agrícola do município e seus atores. Tal invisibilidade perante o poder público resultou no declínio da agricultura que existe e resiste no Maciço da Pedra Branca e, conseqüentemente, as dificuldades para a reprodução dessa atividade são agravadas pela falta de mão de obra, que limita tanto a produção, quanto a comercialização.

No caso estudado, a perpetuação de práticas associativas, como os mutirões, contribui com a superação das dificuldades cotidianas e com o sustento das famílias, compensando, em certa medida, a escassez de mão de obra na atividade agrícola. Além disso, é importante para manter a coesão social, convergindo para a preservação de princípios de solidariedade e um

modo de vida que identifica e unifica esses sujeitos. A organização social e política, por sua vez, cumpre o importante papel de facilitar o diálogo com agentes externos. Entretanto, os desafios para manter a coesão do grupo são inúmeros, desde a dificuldade de comparecer às atividades de mobilização e discussão, até os conflitos internos, motivados especialmente pela quebra de expectativas uns com os outros.

As representações sobre o espaço contribuem para produzir o território que foi descrito ou designado. Num contexto de disputa por representações sobre a cidade e de marginalização dos agricultores, os mercados diferenciados, em especial as feiras agroecológicas e da roça, contribuem para dar visibilidade à atividade agrícola e seus atores, aproximando produtores e consumidores. Ao anunciar a agricultura que persiste no município, materializam e legitimam o território agrícola do município, além de favorecer o resgate da produção agrícola dessa localidade. Entretanto, algumas dificuldades podem comprometer a continuidade dessas feiras, especialmente no que se refere à diversificação da produção, ou seja, à variedade de oferta.

A interação e atuação junto a rede de parceiros qualifica e favorece a tomada de consciência da comunidade e a politização desses sujeitos, que passam a conhecer seus direitos e, juntos, têm mais força para reivindicá-los. Nesse sentido, os intercâmbios cumprem um importante papel, além de contribuir para o aprimoramento da produção, em fazer despertar identidades pessoais e coletivas. Através da ação dos mediadores e da atuação em rede, identidades vêm sendo construídas, sustentadas e reivindicadas, de modo a afirmar sua condição de agricultor e os direitos associados. Em tal cenário cenário de marginalização da agricultura familiar do município, o reconhecimento dessas identidades reflete estratégias que visam legitimar a presença de agricultoras e agricultores neste território urbano protegido e garantir a vitalidade de suas práticas.

Dada a importância da agricultura familiar, bem como da agricultura urbana para a sustentabilidade das cidades, urge a necessidade de reconhecer e fortalecer esses atores locais e suas práticas. Nesse sentido, é fundamental

facilitar o acesso a documentos que afirmam sua condição de produtor familiar. Ademais, é importante conhecer e considerar as peculiaridades das práticas agrícolas desenvolvidas no meio urbano, inclusive o caso de espaços inseridos nos limites de uma unidade de conservação. No sentido de fortalecer as práticas agroecológicas nesse contexto, é relevante a criação de linhas de crédito e políticas públicas que ofereçam assistência técnica para o aprimoramento da produção de base ecológica, que apoiem a organização dos produtores e que viabilizem comercialização em mercados diferenciados aos produtos agroecológicos.

Por fim, é relevante destacar o papel da agroecologia, não somente ao harmonizar a produção agrícola e o cuidado com o ambiente, mas também enquanto motor da organização social. As ações coletivas e a atuação em rede, potencializadas pelo apoio de mediadores, viabilizam o acesso a mercados diferenciados para produtos agroecológicos, a inserção no âmbito das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, a superação de injustiças sociais e fortalecem a luta pelo território. O direito à terra é fundamental para garantir a sustentação da prática agroecológica. Nesse sentido, a luta pelo acesso à terra não passa apenas pela reforma agrária, mas também envolve a disputa pelo solo urbano e pelos espaços de vida de povos e comunidades tradicionais transformados em unidades de conservação. Ademais, no caso estudado, a agroecologia é fundamental para manter um ambiente saudável no interior da cidade, para a manutenção de práticas sustentáveis na área de proteção integral, assim como para a segurança e soberania alimentar das famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, L. S. **A construção da relação social com o meio ambiente: percepções e representações de risco agroecológico entre agricultores familiares na Mata Atlântica Brasileira**. Campinas, 2005. 176p.

ALEM, A. Breve relato sobre a formação das Divisões Administrativas na Cidade do Rio de Janeiro: período de 1961 a 2015. **Coleção Estudos Cariocas**. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Secretaria Municipal de Urbanismo, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. IPP: nov. 2015. Disponível em: <www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 3 jul. 2016.

ALENCAR, E. Produtores rurais do Rio tentam sobreviver à falta de incentivos: Plano Diretor da cidade considera o território carioca exclusivamente urbano. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 13 jun. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/produtores-rurais-do-rio-tentam-sobreviver-falta-de-incentivos-9021943>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

AMIGOS do Parque. **Parque Estadual da Pedra Branca**. Disponível em: <<http://www.parquepedrabranca.com/>>. Acesso em: 10 out. 2015.

AS-PTA. **Site institucional**. Disponível em: <<http://aspta.org.br/>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

AS-PTA. **Territórios da agricultura familiar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Projeto Alimentos Saudáveis nos mercados locais. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2015. 48p.

BAPTISTA, S. R. N. **Práticas de comunicação na produção e consumo de plantas medicinais: a relação entre informação científica e conhecimento tradicional**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Fiocruz: Rio de Janeiro, 2014. 224p.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 127-158.

BCB - Banco Central do Brasil. **Manual do Crédito Rural**. Atualização MCR 580, de 2 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. 313p.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>.

Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. **Associativismo.** 2.ed. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)/Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: MAPA/SDC/DENACOOOP, 2012.

_____ - Ministério Público Federal - Câmara de Coordenação e Revisão, 6. **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais.** Manual de atuação, v.1. Brasília: MPF, 2014. 117 p.

CARNEIRO, C. B. M. **Compras Coletivas de produtos orgânicos e participação política: um estudo de caso da Rede Ecológica (RJ).** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). UFRRJ: Rio de Janeiro, 2012. 215p.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L.F.C.; MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (Org.). **Mundo rural e tempo presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CHAMBERS, R.; GUIJT, I. DRP: después de cinco años, em qué estamos ahora? **Revista Bosques, Arboles y Comunidades Rurales**, Quito: FAO, n.26, p. 4-14, dez. 1995.

CHIARADIA, Clóvis. **Dicionário de Palavras Brasileiras de Origem Indígena.** São Paulo: Limiar, 2008.

COMERFORD, J. **Fazendo a Luta:** sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. 154p.

CORRÊA, Armando Magalhães. **O sertão carioca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. 384p.

DAROLT, M. R. Circuitos custos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A., ALMEIDA, L. DE e VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba, Kairós, p. 139-170, 2013.

FERNANDEZ, A. C. F. **Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. 373p.

_____. **Relatório Técnico sobre a atividade agrícola no Maciço da Pedra Branca**. Rio de Janeiro, 2015. 14p.

_____; BATISPTA, S. R. N. Territórios-rede de agroecologia: ciência(s) e saberes locais na ambientalização de lutas na zona oeste e região metropolitana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (GT07 Conflitos ambientais, estado e ideologia do desenvolvimento: mediação e luta por direitos), 38., 2014, Caxambu/MG. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2014.

FISCHER, T. (Org.). **Poder Local, Governo e Cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

GADEA, C. A.; SCHERER-WARREN, I. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, nov. 2005.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, v. 7, n. 1, p.43-81, mai. 1997.

GRYNSPAN, M. Lutas pela terra e identidades sociais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v.5. Rio de Janeiro: jul. 1998.

GUANABARA (Estado). **Lei Estadual nº 2.377, de 28 de junho de 1974**. Cria o Parque Estadual da Pedra Branca e dá outras providências. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Lei/1974/lei_2377_1974_criaparqueestadualpedrabranca_guanabara_rj.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LIMA, J. R. T. de; FIGUEIREDO, M. A. B. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, J. R. T. de; FIGUEIREDO, M. A. B. (Org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, p. 57-81, 2006.

MASELLI, M. M. V. S. Conflitos e resistências na agricultura familiar da cidade do Rio de Janeiro. **Agriculturas**, v. 12, n. 2, p. 27-32, jun. 2015.

MAYER, A. C. A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 159-193.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria nº 21, de 27 de março de 2014**. Estabelece as condições e procedimentos gerais para a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/PORTARIA_MDA_21_DAP_-_ALTERADA_33_-_22.05.2014.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016. 2014a.

_____. **Portaria nº 26, de 9 de maio de 2014**. Dispõe sobre as competências, condições e procedimentos específicos para a emissão, validação, cancelamento e exercício do controle social de Declaração de Aptidão ao

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - DAP. MDA, 2014b.

_____. **Nota técnica nº 010/CGMA/SAF, de dezembro de 2015.** Emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf para Agricultores Familiares Parque Estadual da Pedra Branca, Rio de Janeiro/RJ. 2015.

_____. **Memorando nº 28/2016/CGMA/SAF, de 12 de maio de 2016.** Emissão da DAP para os agricultores familiares do Parque Estadual da Pedra Branca. 2016.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais. **Lua Nova**, n. 17, jun. 1989.

MONTEIRO, A. M. Agricultura Urbana e Periurbana: questões e perspectivas. **Informações econômicas**, v. 32, n. 6, 2002.

NAME, L; MONTEZUMA, R.C.M. e GOMES, E.S. Legislação urbanística e produção de riscos: o caso do PEU das Vargens (Rio de Janeiro, Brasil). **Territorium**, n. 18, p. 201-218, 2011.

PAIS. Cartilha do Agricultor Familiar: associativismo e cooperativismo solidário. In: **Manual de capacitação da tecnologia social PAIS**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009.

PANELA DE BARRO. Descrição. *Facebook*. Disponível em: <<https://m.facebook.com/paneladebarroinstitutoetnicoculturaleambiental/info/>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

PIMENTA, M. V. S. Normas e usos do território: áreas agrícolas da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. In: Carvalho, S.; Knauss, P. (eds.). **Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual**. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

PLOEG, J. D. Van der. **Camponeses e impérios alimentares, lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

_____. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas**: experiências em agroecologia; cadernos de debate, n. 1. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

PRADO, A. P. **A Construção de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura na cidade do Rio de Janeiro: agricultores do Maciço da Pedra Branca**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). UFRRJ: Rio de Janeiro, 2012.

_____; MATTOS, C.; FERNANDEZ, C. F. Agricultores do Maciço da Pedra Branca (RJ): em busca de reconhecimento de seus espaços de vida. **Agriculturas**, v. 9, n. 2, 2012.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (PCRJ). **Lei Complementar nº 104, de 27 de novembro de 2009**. Institui o Projeto de Estruturação Urbana – PEU dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá, nas XXIV e XVI Regiões Administrativas, integrantes das Unidades Espaciais de Planejamento números 46, 47, 40 e 45 e dá outras providências. Disponível em:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/a99e317a9cfec383032568620071f5d2/afddee576933dbfc032577220075c7d6?OpenDocument>.

Acesso em: 23 jan. 2015.

_____. **Lei Complementar nº 111, de 1º de fevereiro de 2011**. Dispõe Sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/plano-diretor1>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

QUILOMBO CAFUNDÁ ASTROGILDA. Álbum Certificação do Quilombo Cafundá Astrogilda. **Facebook**. 16 ago. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100009608566748&sk=photos&collection_token=100009608566748%3A2305272732%3A69&set=a.1630557067274563&type=3&pnref=story>. Acesso em: 17 ago. 2016.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Structure & function in primitive society**. Londres: Cohen & West, 1952.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei Estadual nº 2.393, de 20 de abril de 1995**. Dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em unidades de conservação do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/150759/lei-2393-95>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre troca mercantil e reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____; SILVA, P. C. G. da; CARON, P. Estudo das Trajetórias de Desenvolvimento: contribuição metodológica para a análise das dinâmicas agrárias. **Ateliers de Caravelle**, n. 7, Toulouse: CNRS/IPEAL, p. 55-72, set. 1996.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP Em regiões metropolitanas brasileiras**. Documento referencial geral, versão final. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2007.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, out. 2002.

SANTOS, L. S. Os valores de uma luta: a economia moral do movimento pela terra dos pequenos lavradores do Sertão Carioca nos difíceis anos de 1945-1964. **Mundo Agrário**, v. 6, n. 12, p. 7-14, 2006.

SATHLER, E. B. **Os "espaços de incerteza", a "desterritorialização subjetiva" e o "pacto da conservação": perspectivas de uma geografia socioambiental das áreas naturais protegidas**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

SCHERER-WARREN, I. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 6., 1995, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPUR, 1995. p. 1045-1052. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/download/1662/1636>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: SILVEIRA, R. L. L.; DIAS, L. C. (Orgs.). **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007. p. 20-50.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300007>. Acesso em: 17 out. 2016.

SCHMITT, C.; GRISA, C. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, p. 215-265, 2013.

SERTÃO Carioca. **Site**. Disponível em: <<http://sertaocarioca.org.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

SILVA, M. L. C. et al. Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 112-125, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000100007>. Acesso em: 10 ago. 2016.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília, DF: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. 62 p.

VIDAL, D. M. A permanência e o desenvolvimento da agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro. **Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa (ENGRUP)**, 4., São Paulo, p. 709-738, 2008.

WEZEL, A., BELLON, S., DORÉ, T., FRANCIS, C., VALLOD, D., DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, p. 503-515, 2009.